MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
COMITÊ INTERNO DE GOVERNANÇA

RESOLUÇÃO CIGOV/SUDAM Nº 10, DE 27 DE OUTUBRO DE 2026

Aprova o 5º Relatório de Monitoramento do Planejamento Estratégico Institucional 2021 - 2025, referente ao exercício de 2025.

O **COMITÊ INTERNO DE GOVERNANÇA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM** , no uso das atribuições que lhe confere o inciso XV do art. 7º da Portaria Sudam nº 78, de 28 de dezembro de 2023, e tendo em vista as disposições contidas na Resolução DICOL nº 458, de 05 de novembro de 2021, e o que consta no processo nº 59004.002700/2021-84, resolve:

Art. 1º Aprovar o 5º Relatório de Monitoramento do Planejamento Estratégico Institucional 2021 - 2025, referente ao exercício de 2025, na forma do Anexo desta Resolução 0743899.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Roberto Galvão da Rocha
Superintendente

Aline Dias Rossy
Diretor de Administração

Wilson Luiz Alves Ferreira
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

Aharon Alcolumbre
Diretor de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Jorgiene dos Santos Oliveira
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

Shirley Rosana Ribeiro Pereira
Chefe de Gabinete

Eduardo Mota e Souza Reis de Carvalho
Ouvidor

Antonio Fernando Ferreira Ramos
Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional

Documento assinado eletronicamente por **Jorgiene dos Santos Oliveira**, **Diretor(a)**, em 27/10/2026, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Galvão da Rocha**, **Superintendente**, em 27/10/2026, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Shirley Rosana Ribeiro Pereira**, **Chefe de Gabinete**, em 27/10/2026, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Aharon Alcolumbre**, **Diretor(a)**, em 27/10/2026, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Antonio Fernando Ferreira Ramos**, **Coordenador-Geral**, em 27/10/2026, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Aline Dias Rossy**, **Diretor(a)**, em 27/10/2026, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Wilson Luiz Alves Ferreira**, **Diretor(a)**, em 27/10/2026, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Mota e Souza Reis de Carvalho**, **Ouvidor(a)**, em 27/10/2026, às 19:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0781707** e o código CRC **88760833**.

Referência: Processo nº 59004.002700/2021-84 SEI nº 0781707

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

5° RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2021-2025

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2025

Anexo da Resolução CIGOV/SUDAM Nº 10, de 27 de Outubro de 2026

Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional - CGEST

Belém/PA, 2026

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 2

RESULTADOS ALCANÇADOS 4

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E CRESCIMENTO 5

PERSPECTIVA: INFRAESTRUTURA E INOVAÇÃO 8

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS 17

PERSPECTIVA: RESULTADOS INSTITUCIONAIS 33

PERSPECTIVA: IMPACTO SOCIOECONÔMICO 56

CONCLUSÃO 60

APRESENTAÇÃO

O monitoramento constitui a fase do Planejamento Estratégico dedicada a acompanhar e avaliar a execução da estratégia estabelecida. Trata-se de um processo dinâmico que permite comparar os resultados alcançados com as metas previstas, identificar tempestivamente dificuldades ou falhas, antecipar problemas e recomendar ajustes necessários. Dessa forma, reúne subsídios para que a alta administração adote ações corretivas e conduza a gestão estratégica rumo ao alcance dos objetivos institucionais e à realização das entregas nos prazos definidos.

Esse processo contínuo encontra amparo na Instrução Normativa nº 24/2020, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, que dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do Planejamento Estratégico Institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG), conforme previsto no art. 21 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

O Planejamento Estratégico da Sudam, instituído pela Diretoria Colegiada por meio da Resolução nº 458, de 5 de novembro de 2021, define como missão “Promover o desenvolvimento includente e sustentável da Amazônia Legal”. Sua visão de futuro consiste em “ser protagonista em ações voltadas para o desenvolvimento includente e sustentável da Amazônia Legal”, fundamentada nos valores de integridade, inovação, excelência, valorização das pessoas, responsabilidade socioambiental e fortalecimento institucional.

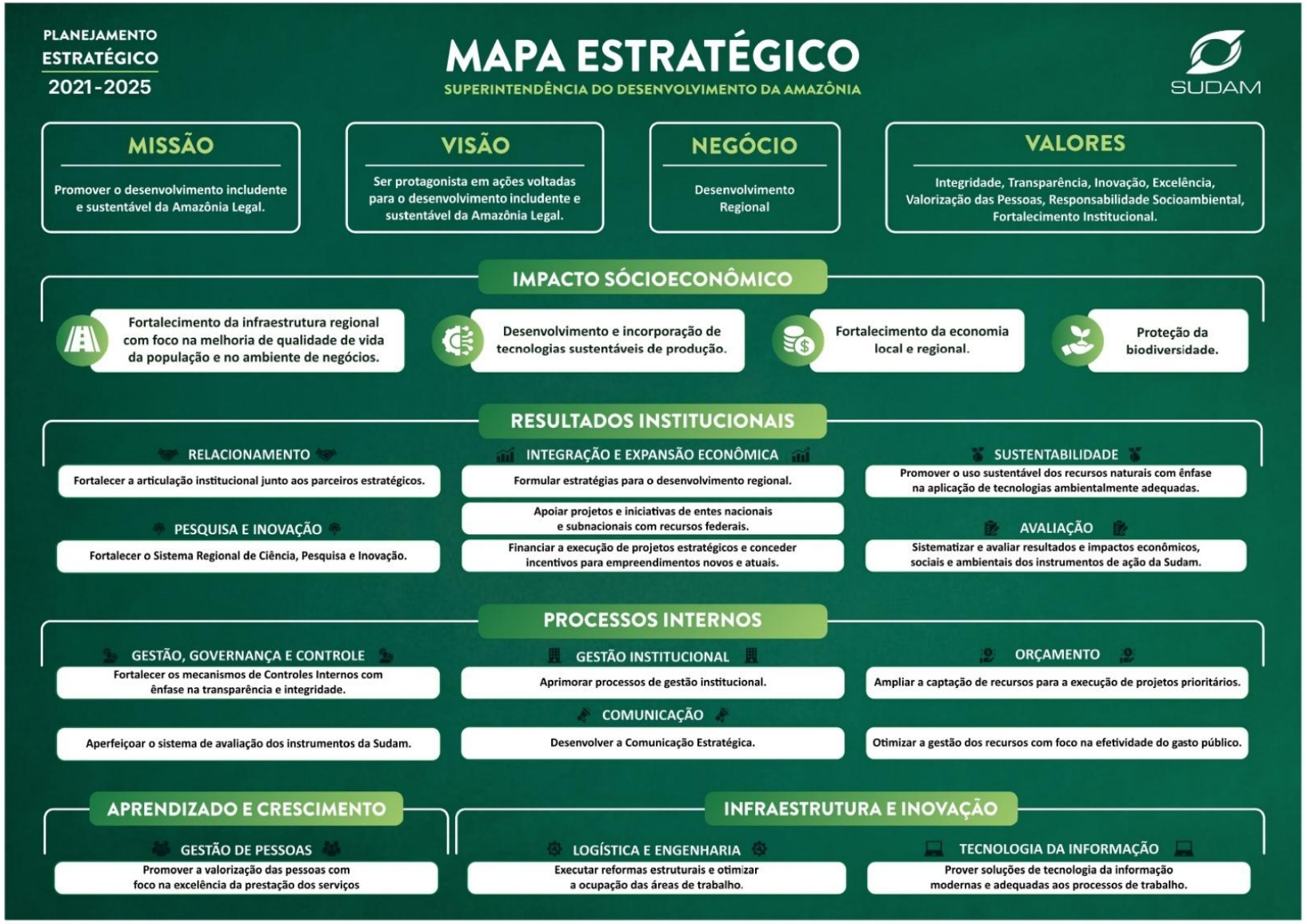
Para viabilizar essa missão e visão, o Planejamento Estratégico da Sudam está estruturado em seis artefatos principais: Cadeia de Valor Simplificada, Mapa Estratégico, Objetivos Estratégicos, Indicadores, Entregas Estratégicas e Plano de Ação. O documento completo do Planejamento Estratégico da Sudam encontra-se disponível no sítio institucional: https://www.gov.br/sudam/pt-br/planejamento-estrategico/.

A partir do Decreto nº 11.230/2022, foi estabelecida uma nova estrutura regimental para a Sudam, o que demandou ajustes na definição das responsabilidades pelas metas e pelos Planos de Ação. Além disso, o Planejamento Estratégico passou por adequações decorrentes de relatórios de monitoramento anteriores, conforme Resoluções nº 596/2022 e nº 761/2023, aprovadas pela Diretoria Colegiada, e a Resolução nº 3/2024, aprovada pelo Comitê Interno de Governança da Sudam.

Considerando a necessidade de assegurar a continuidade das diretrizes estratégicas, evitar descontinuidade administrativa e garantir coerência na transição para o ciclo subsequente, a vigência do PEI 2021–2024 foi prorrogada até o exercício de 2025, conforme a Resolução CIGOV/Sudam nº 5, de 19 de dezembro de 2025.

Assim, neste quinto Relatório, apresentam-se os resultados alcançados pela Sudam em 2025, estruturados a partir das iniciativas estratégicas, dos objetivos estratégicos e das ações previstas no Plano de Ação. As informações consolidadas foram extraídas dos Relatórios de Monitoramento encaminhados pelas unidades à CGEST no primeiro trimestre de 2026.

Figura 1: Mapa Estratégico da Sudam



Fonte: PEI 2021-2025

RESULTADOS ALCANÇADOS

A metodologia de apresentação dos resultados está baseada na estrutura do mapa estratégico, isto é, conforme as perspectivas estratégicas e objetivos estratégicos que as compõem, a partir das informações apresentadas pelas unidades responsáveis pela execução de seus planos de ação.

Assim como nos ciclos anteriores, foi disponibilizado às unidades o formulário de monitoramento do PEI, para o fornecimento de informações sobre indicadores, planos de ações, entregas realizadas, dificuldades enfrentadas, soluções, prazos e propostas de ajustes. O objetivo é monitorar a condução do PEI durante o período tratado e também os resultados acumulados do início do período de execução do planejamento até 31 de dezembro de 2025, data de conclusão deste PEI.

A ordem de exposição é:

1. Aprendizado e Crescimento
2. Infraestrutura e Inovação
3. Processos Internos
4. Resultados Institucionais
5. Impacto Socioeconômico.

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E CRESCIMENTO

OBJETIVO ESTRATÉGICO

1 - Promover a valorização das pessoas com foco na excelência da prestação dos serviços

Coordenação-Geral de Pessoal – CGPES

A Coordenação-Geral de Pessoal – CGPES (Dirad), enquanto unidade responsável por este objetivo estratégico, informou acerca do alcance de sua meta estratégica a partir do Quadro 01.

Quadro 01 – Indicador do Objetivo Estratégico 1 (CGPES)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I01A – Taxa de Execução do PDP	CGPES	Executar 65% do PDP em 2025	65%	66,23%

Fonte: Coordenação-Geral de Pessoal – CGPES

Conforme apresentado no quadro acima, a unidade administrativa atingiu a meta estabelecida. Na análise do resultado, a CGPES informou que, das 77 necessidades de capacitação registradas no PDP/2025 pelas unidades organizacionais da Sudam, foram executadas 51 ações de desenvolvimento.

Referente ao Plano de Ação, a CGPES apresentou os resultados de 2025 de suas 05 (cinco) ações, conforme Quadro 02.

Quadro 02 – Plano de Ação do Objetivo Estratégico 1 (CGPES)

Ação	Prazo para Finalização	Status	Análise Crítica da Unidade
A1.1 Realizar pesquisa de clima organizacional em todos os exercícios.	Dez/2025	Não realizada	A ação não foi executada no período previsto, em razão de diversas intercorrências que comprometeram o prazo de sua execução, como: sobrecarga de trabalho nas unidades responsáveis pela implementação, devido redução das equipes de trabalho.
A1.2 Oferta de capacitação de acordo com as lacunas de desenvolvimento identificadas no mapeamento.	Dezembro/2024	Concluída	Durante o período do PEI foram ofertadas as oportunidades de capacitação conforme relatórios de execução do PDP
A1.3 Elaborar proposta de plano de cargos e salários.	Agosto/2022	Concluída	Destacamos que a proposta apresentada não é um novo plano de cargos mas a inclusão dos servidores do quadro efetivo das Superintendências Regionais vinculadas ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional-MIDR: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-Sudam, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-Sudene e Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste-Sudeco ao Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus-Suframa que trata a Lei n. 11.356, de 19/10/2006. gestão das superintendências.
A1.4 Apresentar proposta de norma de implementação do programa de gestão.	Agosto/2021	Concluída	O programa de gestão deverá ser avaliado para identificar seus resultados
A1.5 Atualizar e apresentar para aprovação proposta de Gratificação por Encargo de Curso e Concurso	Dezembro/2024	Concluída	O resultado dessa meta será alcançado após aprovação e implementação da proposta apresentada

Fonte: Coordenação-Geral de Pessoal – CGPES

A CGPES encerrou seu Plano de Ação com quatro das cinco iniciativas previstas devidamente concluídas. A única ação não executada foi a realização da pesquisa de clima organizacional, cuja não implementação evidencia limitações de capacidade operacional que comprometeram diretamente sua execução. Considerando que esse instrumento é fundamental para a gestão estratégica de pessoas, sua ausência representa uma lacuna importante, que deverá receber atenção prioritária nos próximos ciclos de planejamento.

Em relação às entregas realizadas no período, a CGPES informou que 52 servidores foram capacitados, a partir da execução de 51 ações de desenvolvimento, direcionadas às unidades contempladas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP/2025. Essas ações tiveram por finalidade suprir lacunas de competências identificadas no referido plano, abrangendo cursos e eventos formativos nas modalidades presencial e on-line.

A unidade destacou, ainda, como uma das principais entregas, a realização do curso on-line de Inglês, que contou com a participação de 32 servidores. Segundo o relato da unidade, essa capacitação foi priorizada em razão das necessidades identificadas para atuação institucional durante a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém (PA).

Sobre as principais dificuldades enfrentadas no período, a CGPES aponta a insuficiência de pessoal nas equipes de trabalho. Segundo o relato da unidade, esse cenário foi agravado por aposentadorias voluntárias e outros tipos de vacância de cargos, resultando em sobrecarga de trabalho para os servidores remanescentes. A unidade destacou ainda que essa redução de quadro impactou diretamente a capacidade de participação dos servidores nas capacitações ofertadas, comprometendo o pleno atendimento das ações planejadas para o desenvolvimento profissional no órgão.

A CGPES sugere como solução para os problemas identificados a articulação e as tratativas junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para a solicitação de realização de concurso público, com vistas ao provimento de cargos e ao reforço da força de trabalho da Sudam.

A partir do monitoramento realizado ao longo dos ciclos do PEI, verifica-se que a elaboração do Plano de Ação da CGPES foi construída sobre bases pouco consistentes, o que resultou em sucessivas solicitações de ajustes ao longo dos anos. Observou-se, ainda, que até 2024 a unidade não apresentou resultados relacionados ao Indicador Índice de Valorização, o que culminou na proposição de sua exclusão e posterior substituição pelo atual indicador Taxa de Execução do PDP. Embora a mudança tenha representado um avanço, sua implementação ocorreu de forma tardia, apenas no último ano de vigência do PEI.

Ademais, a não execução da ação A1.1 representa um ponto de atenção significativo, sobretudo porque a unidade dispôs de todo o período de vigência do PEI — cinco anos — para realizar essa entrega e, ainda assim, ela não foi concretizada. Trata-se de uma ação prevista desde o início do planejamento, cuja permanência pendente ao longo de todo o ciclo evidencia dificuldade de priorização e de organização interna para garantir sua execução. A não realização ao longo de todo esse intervalo reforça a necessidade de revisão dos processos internos da unidade, bem como de maior rigor no acompanhamento das ações sob sua responsabilidade em ciclos futuros.

PERSPECTIVA: INFRAESTRUTURA E INOVAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO

2 - Executar reformas estruturais e otimizar a ocupação das áreas de trabalho

Coordenação de Gestão Administrativa – CGEA

A Coordenação de Gestão Administrativa – CGEA, integrante da Coordenação-Geral de Administração, Licitações e Contratos – CGALC (Dirad), é a unidade responsável pelo objetivo estratégico e apresentou informações acerca de suas duas metas estratégicas, conforme Quadro 03.

Quadro 03 - Indicadores do Objetivo Estratégico 2 - CGEA

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I02A – Processos Licitatórios Concluídos	CGEA/CGALC	Concluir 1 processo licitatório até 2025	1	1
I03 - Área disponibilizada pela Sudam para outros órgãos da União.	CGEA/CGALC	Disponibilizar 1.400 m² da área total até 2025	1.400 m²	1.760,47 m²

Fonte: Coordenação de Gestão Administrativa – CGEA

Conforme o quadro acima, a CGEA alcançou as metas de ambos os indicadores. Referente ao indicador I02A, a unidade relatou a celebração do Contrato Administrativo nº 32/2025, oriundo da adesão à Ata de Registro de Preços nº 04/2025, da UASG 389426 – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará (CREA/PA), para a contratação de empresa para a execução de reformas.

Quanto ao indicador I03, a meta prevista para o exercício foi ultrapassada. Conforme explanação da unidade sobre o alcance da meta, a cessão para outros órgãos da União compreende: 461 m² para o MIDR/Renorte no andar 2 do bloco A; 52,70 m² para o Ministério do Desenvolvimento Social no térreo do bloco C; 1.193,27 m² para a CODEVASF no estacionamento/pátio do arquivo e no 1º andar do bloco I; e 53,50 m² para o escritório da Embratur no térreo do bloco C.

A CGEA apresentou o monitoramento de suas ações conforme o Quadro 04:

Quadro 04 – Plano de Ação do Objetivo Estratégico 2 (CGEA)

Ação	Prazo de Finalização	Status	Análise Crítica da Unidade
A2.1 Contratação de empresa especializada em Engenharia Diagnóstica para avaliação estrutural.	Dez/2023	Concluída	Esta ação foi concluída em 28/12/2023 através da celebração do contrato nº 26/2023 com a empresa PROJECON - Projetos e Construções Ltda, conforme registros no Processo SEI 59004.001018/2023-36 – Documento SEI 0564213.
A2.2 Conclusão do processo para contratação de empresa, por meio de registro de preços, visando à execução dos serviços emergenciais resultantes da Avaliação Estrutural	Dez/2025	Concluída	Foi instruído o processo licitatório nº 59004.002073/2024-24, visando à contratação de empresa para execução de serviços emergenciais decorrentes da avaliação estrutural e à conclusão da reforma de 2 pavimentos da SUDAM; contudo, a licitação foi revogada na fase final, em razão de inconsistências na planilha de custos. Para assegurar o cumprimento da meta, a Administração adotou como alternativa a adesão à ata de registro de preços disponível no mercado, resultando na celebração do Contrato Administrativo nº 32/2025 (SEI nº 0722693), oriundo da ARP nº 04/2025 do CREA/PA, o que possibilitou o atendimento da ação estratégica A2.2 e o alcance da meta estabelecida
A2.3 Contratação de empresa especializada para execução dos Projetos de Adequação de Acessibilidade, Prevenção e Combate a Incêndios e Proteção contra Descargas Atmosféricas.	Set/2023	Concluída	Foi contratada empresa para elaboração de estudos técnicos e projetos executivos nas áreas de Arquitetura e Acessibilidade, Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico e Proteção contra Descargas Atmosféricas, conforme processo SEI 59004.000262/2020-39
A2.4 Adesão ao Programa TransformaGOV	Dez/2021	Concluída	A adesão da SUDAM ao Programa TransformaGOV se deu em 3 módulos distintos: 1) Serviço TaxiGOV: A SUDAM aderiu na totalidade ao serviço que foi contratado para as cidades de Brasília/ DF (SEI 59004.001953/2019-16) e Belém/PA (SEI 59004.000436/2021-44). 2) Sistema SIADS: Foi implantado o uso na totalidade os módulos Almoxarifado e Patrimônio. 3) Sistema SPIUNET: O processo de cessão imobiliária pela SPU para a SUDAM do complexo predial onde funciona a Autarquia encontra-se cadastrado no sistema SPIUNET e com as devidas tratativas junto à Secretaria de Patrimônio da União - SPU, conforme registros no processo SEI 59004.001593/2021-77.

A2.5 Elaboração de minuta de normas internas para os órgãos federais que compartilham áreas nas dependências do complexo predial da SUDAM	Dez/2025	Em atraso	No acompanhamento da ação A2.5, verificou-se a inexistência de indicador específico no Caderno de Indicadores Estratégicos; contudo, os regramentos de compartilhamento de áreas encontram-se materializados por meio de Termos de Compartilhamento e Rateio celebrados com órgãos federais ocupantes do complexo predial, destacando-se os instrumentos firmados com RENORT/MIDR e CODEVASF (formalizados), bem como com o MDS (pendente de conclusão). Registra-se ainda a devolução do espaço pela Embratur em dezembro de 2025 e que a finalização dos termos depende, em parte, de providências de outros órgãos, evidenciando que a ação vem sendo atendida de forma material, ainda que sem indicador específico associado. Importa destacar que se encontra em trâmite, gerido pela SPU, a implantação do sistema SPUNET, que substituirá/unificará as plataformas SPIUNET e SISREI na gestão de imóveis (conforme processo SEI 59004.000299/2026- 52), que impactará diretamente na gestão de compartilhamento de áreas e na elaboração das diretrizes gerais de sua operacionalização na SUDAM.
A2.6 Elaboração de layout e execução da revitalização do 3º e 6º andares do bloco C da Sudam.	Dez/2024	Concluída	A contratação da empresa Vertente Empreendimento Ltda, que ocorreu através do Processo SEI 59004.000631/2022-55, objetivou o atendimento desta ação. A conclusão do layout ocorreu em 04/12/2024, conforme SEI 0619269 e 0638414.

Fonte: Coordenação de Gestão Administrativa – CGEA

A análise do quadro 04 evidencia que a unidade apresentou desempenho majoritariamente positivo na execução das ações sob sua responsabilidade, com a conclusão de cinco das seis iniciativas previstas.

Quanto às principais entregas em 2025, a unidade destaca:

- Celebração do Contrato Administrativo nº 32/2025, viabilizando a execução de reformas estruturais no complexo predial da SUDAM;
- Realização de investimentos de capital no montante de R$ 3.868.795,76, com foco em infraestrutura elétrica, manutenção predial, climatização e acessibilidade;
- Substituição do painel de média tensão, proporcionando maior estabilidade e segurança no fornecimento de energia elétrica do complexo predial;
- Execução de serviços de engenharia para recuperação, adequação e modernização de ambientes, com impacto direto na preservação do patrimônio público;

- Contratação para a Implantação de elevador no Bloco B, restabelecendo a acessibilidade após longo período de indisponibilidade;
- Aquisição e modernização de equipamentos de climatização, com melhoria das condições de trabalho e aumento da eficiência energética;
- Execução de serviços de coleta e destinação adequada de resíduos sólidos, em conformidade com normas ambientais;

No período analisado, a unidade identificou diversas dificuldades que comprometeram a execução de algumas ações planejadas. Entre elas, destacam-se o contingenciamento orçamentário, que levou à priorização de contratações essenciais e ao adiamento de demandas; a ausência temporária de contrato de manutenção predial, dificultando ações preventivas e elevando custos operacionais; e problemas operacionais, como vazamentos não identificados a tempo. Soma-se a isso o quadro reduzido de pessoal, que inviabilizou a atuação de comissões de desfazimento; a necessidade de intervenções emergenciais em sistemas críticos da infraestrutura; e o aumento expressivo de eventos institucionais, que ampliou significativamente a demanda operacional sobre a unidade.

Para mitigar as dificuldades enfrentadas no período, a CGEA relata que adotou um conjunto de medidas corretivas e estruturantes, incluindo a priorização de contratações de maior impacto institucional alinhadas ao Plano de Contratações, a adoção de contratos com vigência superior a 12 meses e o uso estratégico de Atas de Registro de Preços, além da retomada das ações de manutenção predial com execução de serviços emergenciais. Também foram implementadas iniciativas de modernização de sistemas e equipamentos, especialmente de climatização, instaurado processo para contratação de apoio técnico especializado em gestão patrimonial, fortalecidas ações de controle e monitoramento do consumo de recursos e planejada a continuidade das reformas e adequações estruturais, garantindo a execução das intervenções pendentes nos exercícios seguintes.

A partir do monitoramento realizado ao longo dos ciclos do PEI, observa-se que o Plano de Ação da CGEA passou por sucessivas adequações, decorrentes principalmente de restrições e contingenciamentos orçamentários que impactaram diretamente a execução das ações originalmente previstas, acarretando, inclusive, a necessidade de revisão de indicador de desempenho ao longo do período. Tais ajustes evidenciam a influência de fatores externos à governabilidade da unidade sobre o planejamento inicialmente delineado. Ainda assim, ressalta-se que a CGEA demonstrou capacidade de adaptação, adotando alternativas viáveis para assegurar a continuidade das ações estratégicas. Como resultado, a unidade obteve desempenho satisfatório ao final da vigência do PEI, logrando êxito no alcance das metas redefinidas e na conclusão da maior parte das ações pactuadas, contribuindo de forma consistente para o cumprimento do objetivo estratégico sob sua responsabilidade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

3 - Prover soluções de tecnologia da informação modernas e adequadas aos processos de trabalho.

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações – CGTIC

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações – CGTIC (Dirad), unidade responsável pelo objetivo estratégico, informou acerca de suas nove metas estratégicas, conforme Quadro 05.

Quadro 05 – Indicadores do Objetivo Estratégico 3 (CGTIC)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultados Alcançados
I04 - Índice de satisfação dos clientes de TIC (Chamados)	CGTIC	Alcançar 90% de satisfação da Força de Trabalho até 2025	90%	98%
I05 - Índice de satisfação dos clientes de TIC (Sistemas)	CGTIC	Alcançar 90% de satisfação da Força de Trabalho até 2025	90%	93%
I06 - Quantidade de sistemas desenvolvidos.	CGTIC	Desenvolver/implementar 5 (cinco) sistemas até 2025	5	5
I07 - Número de aquisições de itens para modernização do parque computacional implantados.	CGTIC	Adquirir ou substituir 6 tipos de equipamentos do parque tecnológico até 2025	6	6
I08 - Número de aquisições de itens para modernização da infraestrutura implantados	CGTIC	Inserir ou substituir 7 novos ativos de rede e/ou datacenter até 2025.	7	7
I09 - Número de recursos de segurança da informação implantados.	CGTIC	Implementar / atualizar 6 recursos de segurança da informação até 2025.	6	4

I11 - Quantidade de software adquiridos.	CGTIC	Adquirir cinco softwares de prateleira até 2025.	5	5
I12 - Total de Serviços contratados.	CGTIC	Contratar ou renovar 9 serviços administrativos até 2025.	9	9

Fonte: Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações – CGTIC

A unidade apresentou um desempenho amplamente positivo, demonstrando elevada eficiência operacional e forte aderência às metas estratégicas estabelecidas. Esse conjunto de resultados evidencia maturidade na gestão, capacidade de entrega e comprometimento com o alcance do objetivo estratégico. A única meta ainda não alcançada — referente à implantação de recursos de segurança da informação — representa uma oportunidade de avanço, mas não compromete o panorama geral, que permanece altamente favorável e alinhado aos objetivos institucionais.

Ainda em relação à meta não alcançada, referente ao indicador I09, a unidade relata que a elaboração da Política de Backup e do regramento para acesso à Internet não foram concluídos e deverão ser realizados em 2026.

Quanto à execução do Plano de ação da unidade, a unidade apresentou as informações conforme Quadro 06.

Quadro 06 – Plano de Ação do Objetivo Estratégico 3 - CGTIC

Ação	Prazo de Finalização	Status	Análise Crítica da Unidade
A3.1 Diminuição do tempo de início de atendimento aos chamados.	31/12/2023	Ação concluída	Ação concluída conforme pactuação no PEI 2021-2024
A3.2 Diminuição do tempo para finalização dos chamados.	31/12/2023	Ação concluída	Ação concluída conforme pactuação no PEI 2021-2024
A3.3 Integração dos sistemas da Sudam aos serviços do Governo Federal	31/12/2023	Ação concluída	Ação concluída conforme pactuação no PEI 2021-2024
A3.4 Implementação de Melhorias e/ou atualizações no sistema de Banco de Dados da Amazônia - BADAM.	31/12/2024	Ação concluída.	A CGPLA, em atendimento ao Regimento Interno da Sudam aprovado pela Resolução Dicol n° 70/2017, criou o Processo 59004.001133/2020-68 e elaborou uma Minuta de Projeto Base visando a criação de um Banco de Dados da Amazônia - Badam (0263744) e a minuta foi encaminhada à CGTIC e esta atribuiu à empresa de software Stefanini, que prestava serviços de TI à Sudam, a

			incumbência de sistematizar a base de dados. Com o término do contrato com a Stefanini, a CGTIC passou a buscar novos parceiros, contudo, não se conseguiu avançar com o projeto. No dia 18/01/2023 a CGPLA reuniu com a CGAVI para discutir propostas sobre o tema. No dia 20/01/2023 as três coordenações discutiram o assunto, conforme memória e definiu-se que o Projeto seria reiniciado a partir de março/2023. O projeto realmente reiniciou em março de 2023, porém a CGPLA através de um Convênio com a PUBLIX, iniciou a construção de um sistema baseado em Power BI, sendo que a coube à CGTIC implantação/disponibilização do sistema para a SUDAM e o público em geral. Além do mais, as atualizações que vierem a ser implementadas ficarão sob a responsabilidade da CGTIC. Todos os detalhes desta operação foram acordados entre a CGPLA e a CGTIC no mês de novembro/2023. Portanto esta ação a nível de atualização ficará prorrogada para o ano de 2024. No início do ano de 2024 foram efetuadas novas tratativas entre a CGTIC e a CGPLA, onde foram firmados os acordos com as novas funcionalidades a serem implementadas no BADAM em uso à partir de fevereiro/2024, sendo também alterado a descrição da ação para: Implementar melhorias e/ou atualizações no Sistema de Banco de Dados da Amazônia - BADAM. A ação foi concluída em 2024 com sucesso.
A3.5 Atualizar a versão do SEI 3.0 para a versão 4.0	31/12/2024	Ação Concluída	Com a exclusão da ação "Desenvolvimento do módulo de vistoria remota do Sistema de Gestão de Incentivos Fiscais", a CGTIC incluiu a ação denominada de "Atualizar a versão do SEI 3.0 para a versão 4.0". Tal atualização ainda não foi iniciada, pois depende do envio do executável do referido programa pelo TRF4, o qual é o responsável pela administração do mesmo. É bastante provável que a atualização/configuração para os moldes da SUDAM, se inicie em fevereiro/2024, com previsão de finalização em 7 meses. A ação foi concluída em 2024.
A3.6 Implementação do módulo de peticionamento eletrônico no SEI 4.0	31/12/2024	Em atraso	Esta ação foi incluída e será realizada em razão de ser uma necessidade imprescindível para facilitação do acesso do público externo à processos novos ou em tramitação na SUDAM criados pelo referido. E, como o módulo de Peticionamento Eletrônico é um módulo pertencente ao SEI 4.0, o mesmo somente poderá ser implementado após a implementação do SEI 4.0. A ação foi prorrogada para o ano de 2026.
A3.7 Implementação do módulo de análise e gestão de indicadores/pendências para avaliação de incentivos fiscais no SIAV	31/12/2024	Ação Concluída	Com a exclusão da ação "Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Projetos do FDA", a CGTIC incluiu a ação denominada "Implementação do módulo de análise e gestão de indicadores/pendencias para avaliação de incentivos fiscais no SIAV", a qual foi implementada e concluída em novembro/2023 e encontra-se em produção, alcançando de forma plena a sua finalidade. Ação foi concluída em 2023.

A3.8 Executar Upgrade nos Computadores Existentes no Parque Tecnológico da Sudam	31/12/2022	Ação concluída	Esta ação foi incluída em substituição da ação Aquisição de novos computadores, por solicitação do CGD da SUDAM, por medida de contenção de despesas. Desta forma esta nova ação, a qual foi denominada de Aquisição de peças e insumos para se fazer upgrades nos desktops em uso na SUDAM, foi implementada e concluída no ano de 2022.
A3.9 Aquisição de novos retroprojetores.	31/12/2022	Ação concluída	Ação concluída sendo que a mesma melhorou de forma significativa as apresentações promovidas no Auditório da SUDAM, tanto para eventos internos como para eventos externos.
A3.10 Potencialização do sinal wireless.	31/07/2022	Ação concluída	A rede wireless da SUDAM foi implementada nesta autarquia em meados do ano de 2017 e até o final do ano de 2021 contava com apenas 10 Acess´s Point´s. Com o passar do tempo a DTEC verificou que tanto a quantidade, quanto a qualidade do sinal estavam degradando os serviços de rede desta autarquia. A DTEC para fazer a melhorias na rede wireless solicitou a contratação de 20 novos Acess´s Point´s no ano de 2020, porém a DIRAD autorizou a contratação de apenas 8, sendo que fez a autorização primeiramente de 2 unidades no final de 2021 e de mais 6 unidades nos últimos meses de 2022. As duas primeiras unidades que foram contratadas foram implementadas no ano de 2022. Mesmo assim a qualidade ainda encontrava-se degradada e a DTEC resolveu fazer uma restruturação nos posicionamentos de todos os 12 Acess´s Point´s acrescidos dos 6 Acess´s Point´s que foram contratados. A DTEC denominou este processo de Potencialização do Sinal de Wireless. Tal reestruturação (Potencialização do Wireless) gerou uma Ordem de Serviço no. 03/2022 de 19/10/2022, na qual tratava dos seguintes itens: a)reunião de alinhamento com a CGA; b) estudo da viabilidade; c) dimensionamento do material; d) instalação física em conjunto com a CGA. Foi então elaborado um projeto de reestruturação, o qual foi debatido com a CGA e após aprovação foi apresentado à DIRAD para ciência. Desta forma a CGTIC/DTEC fez a reestruturação e instalação dos equipamentos, cuja conclusão ocorreu em 28/08/2023. E, para comprovar a instalação anexou 4 cenários referentes aos Acess´s Point´s instalados no ambiente da SUDAM nos meses de fevereiro/agosto/novembro/2023, além do cenário atual, conforme link em "http://wiki.sudam.intra/index.php?title =Access_Points&oldid=4059". Para fazer a constatação basta fazer a comparação do quantitativo de Acess´s Point´s instalados em fevereiro/2023 e o quantitativo em 28/08/2023.
A3.11 Aquisição de Sistema de Armazenamento de Dados (Storage)	31/12/2024	Ação Concluída	O sistema de storage foi adquirido através do processo sei no. 59004.000314/2022-39 (0458741), no mês de setembro/2022 e resolveu todos os problemas de armazenamento de dados existentes na SUDAM. Concluído em setembro/2022.
A3.12 Aquisição de Switch Central (Core de Rede)	31/12/2024	Ação Concluída	O sistema de switch core foi adquirido através do processo sei no. 59004.000314/2022-39 (0458741), no mês de setembro/2022 e resolveu todos os problemas de conexão de equipamentos existentes na SUDAM. Concluído em setembro/2022.

A3.13 Aquisição de 04 servidores de rede do tipo Rack	31/12/2024	Ação concluída	Esta ação organizou todos os equipamentos de T.I pertencentes ao Datacenter, otimizando a utilização dos dispositivos e fazendo uma grande economia de espaço físico, no do ambiente do Datacenter.
A3.14 Implantação de novo software de antimalware corporativo.	31/07/2022	Ação concluída	Esta ação foi concluída e tornou os equipamentos da SUDAM bastante seguros e protegidos contra ação de softwares maliciosos, incluindo o vírus.
A3.15 Modernização das regras do firewall corporativo.	31/07/2022	Ação concluída	Esta ação foi concluída e tornou os equipamentos da SUDAM bastante seguros e com monitoração da rede interna eficiente no que tange a entrada de dados com base nas regras determinadas.
A3.16 Implementação da política de backup.	31/07/2022	Em andamento	Esta ação foi executada de forma parcial, já que a mesma foi elaborada mais ainda depende da aprovação do CGSIC (Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicações. A ação não foi implementada em 2025 e, portanto, será prorrogada para o ano de 2026.
A3.17 Implementação de norma de uso de internet.	31/07/2022	Em andamento	Ação não foi concluída. Esta ação está vinculada a Meta Implementar/Atualizar 4 recursos de segurança da informação até 2025. A ação não foi implementada em 2025 e, portanto, será prorrogada para o ano de 2026.
A3.18 Aquisição do Office 365 ou similar.	31/07/2022	Ação concluída	Ação disponibilizou recursos de primeira linha no mercado, e substituiu as tecnologias em uso na SUDAM que se encontram defasadas, tais como o Zimbra, o Zoom e algumas ferramentas de colaboração e de inteligência de negócios.
A3.19 Aquisição de software de engenharia.	31/07/2022	Ação concluída	Ação propiciou a elaboração de orçamentos gera relatórios em PDF (diversos modelos), BDI Diferenciado nos itens do orçamento, Cronograma Físico-Financeiro e efetue a União de Orçamentos
A3.20 Contratação de empresa de prestação de serviços de TIC.	31/12/2022	Ação concluída	Ação de apoio ao desenvolvimento, infraestrutura e atendimento ao usuário de tecnologia da informação e comunicação (TIC), visando a disponibilidade dos recursos e serviços de TIC no âmbito da SUDAM.
A3.21 Contratação de empresa de fornecimento de internet.	31/12/2022	Ação concluída	Ação tornou possível "navegar" na Internet e ter o acesso à imensa gama de informações disponíveis em rede.
A3.22 Contratação de empresa de telefonia.	31/01/2022	Ação concluída	A solução já se encontra em pleno uso na autarquia com resultados altamente positivos desde o mês de março/2022.

A3.23 Contratar empresa de prestação de serviços de outsourcing.	01/12/2022	Ação concluída	A solução já se encontra em pleno uso na autarquia com resultados altamente positivos desde o mês de abril/2021.

Fonte: Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações – CGTIC

Até 2024, a CGTIC havia concluído 20 das 23 ações previstas, demonstrando elevado comprometimento com o planejamento estratégico e capacidade de execução. No entanto, em 2025, as três ações remanescentes não foram finalizadas, sendo necessário prorrogá-las para 2026. Apesar desse adiamento, a unidade mantém avanços significativos na maior parte de suas entregas, preservando um bom desempenho geral e reforçando seu compromisso com a continuidade e conclusão dos projetos em andamento.

Referente às entregas de 2025, a unidade destaca as seguintes:

- Melhorias nos sistemas: SGG, SIN e SIAV;
- Implementação do Portal PRDA e do Portal de Investimentos da Amazônia;
- Elaboração de minutas para atendimento das Instruções Normativas GSI/PR nos. 1 e 3;
- Elaboração do Painel de Monitoramento e Acompanhamento da Execução do PDTIC 2025/2026;
- Conclusão de diversos processos licitatórios, envolvendo desde equipamentos e materiais de consumo até contratações de serviços e softwares;

Apesar de ter alcançado importantes realizações, a unidade ressalta que enfrentou dificuldades relevantes ao longo do ano, tais como: ações adicionais não planejadas inseridas às demandas da CGTIC; aposentadoria e saída de servidores da unidade sem reposição; desmotivação da equipe; conciliação entre atividades técnicas e instrução de processos burocráticos; e a gestão e fiscalização de contratos complexos.

A CGTIC aponta que as dificuldades no cumprimento das metas decorrem principalmente de demandas não planejadas, que surgem com caráter de urgência e acabam tomando prioridade, impactando o que já havia sido programado. Para mitigar esses efeitos, a unidade destaca a necessidade de um planejamento inicial mais rígido, acompanhado da possibilidade de realocar servidores de outras unidades para apoiar atividades prioritárias. Além disso, é reforçada a importância da capacitação contínua dos servidores, especialmente em cursos técnicos específicos de TIC, que muitas vezes exigem liberação imediata para garantir o desenvolvimento das competências necessárias.

Com base nas informações apresentadas, constata-se que a unidade obteve bons resultados ao longo da execução do PEI, demonstrando atenção ao cumprimento de seus compromissos e consciência sobre suas limitações e necessidades de aprimoramento. Entretanto, observa-se que os relatórios produzidos no período continham excesso de informações e inconsistências no preenchimento de alguns campos, o que dificultou a análise por parte

desta CGEST. Recomenda-se, portanto, maior rigor na elaboração dos registros, de modo a garantir clareza, precisão e alinhamento aos padrões estabelecidos.

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO
4 - Aprimorar os processos de Gestão Institucional.

Coordenação-geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional - CGEST

A Coordenação-geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional - CGEST, enquanto unidade responsável pela execução deste objetivo estratégico, informou acerca de sua meta estratégica conforme Quadro 7.

Quadro 7 – Indicador do Objetivo Estratégico 4 (CGEST)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I13 - Processos Mapeados	CGEST	Mapear 34 processos até 2025	34	31

Fonte: Coordenação-geral de Governança, Gestão Estratégica e Desenvolvimento Organizacional - CGEST

Conforme apresentado no Quadro 7, o resultado alcançado ficou abaixo da meta prevista para 2025. A unidade informou que, ao longo de 2025, houve avanço significativo no mapeamento da Carteira de Processos Prioritários. Foram selecionados dez processos para análise e iniciado o trabalho de mapeamento em conjunto com as unidades responsáveis. Ao final do período, cinco desses processos foram concluídos, representando progresso, ainda que insuficiente para o cumprimento integral da meta estabelecida.

Quanto ao Plano de Ação da unidade, segue o Quadro 8.

Quadro 8 – Plano de Ação do Objetivo Estratégico 4 (CGEST)

Ação	Prazo de Finalização	Status	Análise Crítica da Unidade
A.4.1 Identificação das demandas e definição dos processos prioritários para 2021.	31/01/2021	Concluída	Ação concluída com sucesso. Registra-se que ao longo do ano de 2021, novas demandas prioritárias surgiram, alterando, assim, o planejamento inicial traçado para os mapeamentos.
A.4.2 Identificação das demandas e definição dos processos prioritários para 2022.	31/01/2022	Concluída	Ação concluída com sucesso. Serão priorizadas neste ano de 2022 as demandas relacionadas aos processos finalísticos, conforme orientação da Diretoria Colegiada.
A.4.3 Identificação das demandas e definição dos processos prioritários para 2023.	31/01/2023	Concluída	Com a mudança de Metodologia, a definição dos processos prioritários passou a fazer parte do trabalho de construção da Carteira de Processos Prioritários, iniciado no fim de 2023 e concluído em 2024, conforme Resolução nº 1104/2024.
A.4.4 Construção da Carteira de Processos Prioritários.	30/06/2024	Concluída	Carteira aprovada pela Dicol pela Resolução nº 1104/2024
A.4.5 Revisão da Metodologia de Mapeamento de Processos.	30/06/2022	Concluída	Proposta de Metodologia elaborada e aprovada pela DICOL (Processo SEI 1426/2020-45)
A.4.6 Reunião com a unidade a ser mapeada e orientação da aplicação dos instrumentos de mapeamento.	Ação contínua	Concluída	As reuniões presenciais são necessárias para a CGEST ouvir os servidores que atuam no processo e assim conhecer melhor sua execução, facilitando o entendimento do desenho do mesmo.
A.4.7 Elaboração da proposta de padronização do processo.	Ação contínua	Concluída	O preenchimento correto dos instrumentos por parte das unidades facilita bastante o trabalho de mapeamento, além das reuniões realizadas para debater os processos a serem mapeados. Alguns processos mais complexos, que possuem muitas etapas e tramitam por várias unidades da Sudam demandam mais tempo para concluir o mapeamento.
A.4.8 Revisão da Metodologia de Gestão de Riscos	31/12/2024	Concluída	A CGEST encaminhou proposta de adoção da Metodologia de Avaliação de Riscos e Controles Internos do MIDR, aprovada pelo CIGOV por meio da Resolução nº 07, de 19 de dezembro de 2025

Fonte: Coordenação-geral de Governança, Gestão Estratégica e Desenvolvimento Organizacional – CGEST.

A unidade informou a conclusão de todas as ações previstas em seu plano, destacando-se a finalização da revisão da Metodologia de Gestão de Riscos, considerada um marco relevante para o fortalecimento da governança institucional. Além desse avanço, foram conduzidas outras entregas que contribuíram para o aprimoramento dos processos internos e para a consolidação das práticas de gestão, reforçando o comprometimento da unidade com a melhoria contínua e com o alinhamento às diretrizes estratégicas da organização.

Dentre as principais entregas realizadas em 2025, estão:

- Mapeamento de 5 processos prioritários;
- Adoção da Metodologia de Avaliação de Riscos e Controles Internos do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional - MIDR no âmbito da Sudam, aprovada por Meio da Resolução CIGOV/Sudam nº 07/2025.Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão;

Como dificuldades encontradas, a unidade relata o quadro funcional insuficiente, a falta de capacitação de parte da equipe para atuar na Gestão de Processos e Gestão de Riscos e a demora no retorno das unidades em relação às demandas solicitadas pela CGEST.

Em relação ao quadro funcional insuficiente, a unidade relata que apesar da solução ser a realização de concurso público, atuará em colaboração para desenvolver formas de fortalecimento da força de trabalho da Sudam. Além disso, a CGEST pretende intensificar os diálogos com a CGPES para providenciar a disponibilização de capacitações sobre gestão de processos para os servidores da Sudam. A unidade avalia também a contratação de consultoria para a condução da gestão de processos na Sudam.

Avalia-se que, embora a meta prevista para 2025 não tenha sido integralmente alcançada, a CGEST executou ações relevantes e alinhadas ao objetivo estratégico sob sua responsabilidade ao longo de todo o período de vigência do PEI. A construção da Árvore de Processos e da Carteira de Processos Prioritários representou um avanço significativo na consolidação da Metodologia de Gestão de Processos, também desenvolvida durante o ciclo avaliativo. Com essas bases estruturantes estabelecidas, a tendência para os próximos anos é de avanço substancial no número de processos mapeados na instituição, ampliando a maturidade organizacional e fortalecendo a gestão por processos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
5 - Fortalecer os mecanismos de controles internos com ênfase na transparência e integridade.
6 - Aperfeiçoar o sistema de avaliação dos instrumentos da Sudam.

Auditoria-Geral – AUD

A Auditoria-Geral – AUD (SUPERIN), unidade responsável por estes objetivos, informou quanto ao alcance de suas metas estratégicas, conforme Quadros 9 e 10

Quadro 9– Indicador do Objetivo Estratégico 5 (AUD)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I14 - Auditorias e Consultorias realizadas – controles internos	AUD	Realizar 13 auditorias até 2025	13	13

Fonte: Auditoria-Geral

Quadro 10 - Indicador do Objetivo Estratégico 6 (AUD)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I15 - Auditorias e Consultorias realizadas – instrumento de Avaliação	AUD	Realizar 12 auditorias até 2024	12	11

Fonte: Auditoria-Geral

Como apresentado nos quadros, a unidade alcançou somente a meta estipulada para o indicador I14, com a conclusão de duas auditorias nas atividades-meio da Sudam em 2025. Em relação ao indicador I15, a unidade informa que a meta era realizar uma auditoria no processo dos requisitos legais para concessão de incentivo fiscal na modalidade implantação, ampliação, modernização e diversificação, contudo a referida auditoria foi cancelada.

Referente ao plano de ação, a AUD possui atividades em andamento normal e não iniciadas, apresentando os resultados de seus dois planos conforme Quadros 11 e 12.

Quadro 11– Plano de Ação do Objetivo Estratégico 5 (AUD)

Ação	Prazo de Finalização	Status	Análise Crítica da Unidade
A5.1 Realização de Auditorias baseadas em riscos no macroprocesso Governança, Gestão e Controle.	Dez/2025	Concluída	A etapa referente à auditoria no processo de desempenho das atividades atinentes ao Contrato 05/2022 e a efetividade das melhorias no Sistema de Gestão dos Incentivos Fiscais (SIN) foi iniciada em 20/8/2024, contudo não foi possível concluir em 2024. O Relatório de Auditoria Preliminar somente foi emitido em janeiro de 2025. As etapas referentes as auditorias nos processos de abertura de tomada de contas especiais (TCE), de elaboração das demonstrações financeiras da Sudam e de desempenho das atividades atinentes aos contratos administrativos foram concluídas e os resultados dos trabalhos estão nos Relatórios de Auditoria, constantes do Sistema e-Aud - atualmente Sistema e-CGU (ID's 1841675, 1788146 e 1810874)
A5.2 Realização de Auditorias baseadas em riscos no macroprocesso Fomento -Transferências voluntárias	Dez/2024	Concluída	Em relação às auditorias realizadas há um grande número de recomendações a serem atendidas, o que prejudica o atingimento da missão da AUD.
A5.3 Elaboração dos PAINTs 2023 e 2024 e capacitação dos servidores da Auditoria	Dez/2024	Concluída	As etapas referentes à elaboração do PAINT 2023 e 2024 foram concluídas. As etapas referentes à elaboração do PAINT 2025 e a participação em cursos de capacitação para 2024 foram concluídas.

Fonte: Auditoria-Geral

Quadro 12 – Plano de Ação do Objetivo Estratégico 6 (AUD)

Ação	Prazo de Finalização	Status	Análise Crítica da Unidade
A6.1 Realização de Auditorias baseadas em riscos no macroprocesso Planejamento Regional	Dez/2024	-	-

A6.2 Realização de Auditorias baseadas em riscos no macroprocesso Fomento - FDA/FNO	Dez/2024	Concluída	Foi elaborado o Relatório Preliminar referente à auditoria de avaliação de resultados do FNO, restando a realização da reunião de busca conjunta de soluções para finalização do trabalho. Quanto à etapa de auditoria na avaliação do FDA, devido ao fato de a CGU iniciar os trabalhos de auditoria, conforme consta no Sistema e-Aud (ID 1520984), com o objetivo de avaliar a Gestão do FDA, a auditoria de avaliação do FDA não será realizada por esta Auditoria-Geral para evitar retrabalho.
A6.3 Realização de Auditorias baseadas em riscos no macroprocesso Incentivos Fiscais	Dez/2024	Não Iniciada	Devido à situação diagnosticada pela Nota Técnica nº 1/2025- AUD/SUPERIN (SEI 0715121), a auditoria sobre os requisitos legais para concessão de incentivos fiscais foi cancelada. A Resolução DICOL/SUDAM nº 1.572/2025 (SEI 0715973) aprovou o referido cancelamento

Fonte: Auditoria-Geral

Conforme apresentado, a unidade concluiu 4 (quatro) das 6 (seis) ações previstas. Registra-se que a unidade não apresentou informações a respeito da ação A6.1.

Quanto às entregas, a AUD relata que iniciou o ano com previsão de quatro auditorias baseadas em riscos, conforme o PAINT/2025, mas ajustou seu plano após o cancelamento de duas delas por meio de ato formal da alta gestão. Após a atualização, foram executadas duas auditorias nos processos de gestão de almoxarifado e patrimônio e na governança da Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC). Além disso, a AUD concluiu, em 2025, a auditoria iniciada no exercício anterior sobre o Contrato 05/2022 e as melhorias do Sistema de Gestão dos Incentivos Fiscais (SIN), cuja finalização havia sido postergada. Dessa forma, a unidade entregou três relatórios de auditoria à alta administração, oferecendo um diagnóstico abrangente sobre a maturidade da governança, dos controles internos e da gestão de riscos da Sudam.

Em relação às dificuldades enfrentadas, a unidade relatou o quadro de pessoal reduzido, insuficiente para atender plenamente às atribuições regimentais. Soma-se a isso a fragilidade decorrente da permanência de um servidor cedido por outro órgão, cuja continuidade na equipe depende de fatores externos à governabilidade da Autarquia. Além dessas limitações internas, houve também demora no atendimento das solicitações de informações pelas unidades auditadas, o que dificultou o andamento dos trabalhos e comprometeu a fluidez do processo de auditoria.

Em contrapartida, a AUD enxerga como solução para o alcance dos objetivos pretendidos:

a) Planejamento e dimensionamento da força de trabalho;

b) Desburocratização da comunicação entre a Equipe de Auditoria e as Unidades Auditadas;

c) Empenho da Alta Administração no atendimento de pedidos de informação e atendimento das recomendações da AUD pelas unidades técnicas e administrativas da Sudam; e

d) Capacitação dos novos servidores que serão lotados na AUD.

Entende-se que, embora a unidade não tenha alcançado uma de suas metas em 2025, direcionou seus esforços de maneira consistente para o cumprimento do objetivo estratégico sob sua responsabilidade ao longo de todo o ciclo do Planejamento Estratégico, demonstrando comprometimento com a execução de suas atribuições. Contudo, como ponto de atenção no encerramento deste PEI, registra-se a ausência de informações atualizadas sobre o andamento da ação A6.1 nos últimos relatórios, o que dificultou a avaliação completa de sua execução. Recomenda-se que, em futuros ciclos de planejamento, haja maior completude na comunicação das ações estratégicas, de modo a fortalecer a transparência, a rastreabilidade e a efetividade do monitoramento institucional.

OBJETIVO ESTRATÉGICO
7 - Desenvolver a Comunicação Estratégica Institucional.

Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional - ASCOM

A Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional - ASCOM, unidade responsável por este objetivo estratégico, composto por 2 (dois) indicadores, apresentou o Quadro 13 com os resultados.

Quadro 13 - Indicador do Objetivo Estratégico 7 (ASCOM)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I16 - Número de eventos internos realizados	ASCOM	Realizar 20 eventos internos até 2025.	20	31
I16A - Percentual do Plano de Comunicação Estratégica da Sudam	ASCOM	Elaborar 70% do Plano de Comunicação da Sudam até 2025.	70%	70%

Fonte: Assessoria de Comunicação e Social e Marketing Institucional

Conforme apresentado, a Ascom atingiu as duas metas estabelecidas para os indicadores I16 e I16A. Segundo a unidade, foram promovidos eventos voltados ao público externo, com o objetivo de reposicionar a marca da Sudam e divulgar seus instrumentos de atuação. Também foram

realizadas ações de endomarketing, em parceria com a CGPES, visando à promoção de um ambiente de trabalho saudável para os servidores e ao fortalecimento da cultura da nova gestão. Ademais, a Ascom informa que, ao longo do ano, foi possível implementar parte das ações previstas no Diagnóstico de Comunicação, bem como concluir a elaboração do Manual de Comunicação provisório.

Referente ao plano de ação, a ASCOM relatou sua execução conforme Quadro 14:

Quadro 14 - Plano de Ação do Objetivo Estratégico 7 (ASCOM)

Ação	Prazo de Finalização	Status	Análise Crítica da Unidade
A7.1 Elaboração do diagnóstico de Comunicação	Dez/2022	Concluída	Para realizar a elaboração do diagnóstico de comunicação foi feita a contratação de uma consultoria externa. Houve atrasos em algumas etapas, devido a fatores como: 1) equipe pequena responsável por mais 03 processos de contratação andando na unidade ao mesmo tempo; 2) Viagens frequentes da equipe; 3) Falta de interesse de empresas em enviar estimativa de preço; 4) intercorrências externas como, por exemplo, problemas de saúde de membros da equipe. Mas a etapa foi concluída com sucesso e foi finalizada a celebração contratual, firmada entre a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e a empresa 2KS AGENCIA DIGITAL PUBLICIDADE LTDA. A equipe da ASCOM organizou e acompanhou reuniões com a empresa, que realizou a entrega das etapas 1 e 2, que foram aprovadas pela equipe da ASCOM.
A7.2 Apresentar e implementar as medidas apontadas no diagnóstico de Comunicação	Dez/2025	Concluída	A ação de 2022, 2023 e 2024 estão estruturalmente ligadas, pois fazem parte de um Plano. O diagnóstico de comunicação foi concluído e a etapa 3 (última etapa) foi entregue pela empresa 2ks Agencia Digital Publicidade Ltda ainda no primeiro semestre de 2023, sendo o mesmo apresentado pela chefe da Ascom à Superintendência. Com a troca de gestão durante o ano e a definição de novas estratégias a serem implementadas na comunicação do Órgão, foram selecionadas e executadas as ações prioritárias apontadas no Diagnóstico de Comunicação.
A7.3 Efetuar o monitoramento e a avaliação das medidas executadas	Dez/2025	Concluída	Neste ano, implementamos novas ações indicadas no Diagnóstico de Comunicação, e já é possível monitorar e avaliar algumas que foram colocadas em prática. Devido ao baixo quantitativo de servidores na unidade e alta demanda, a aplicação das ações não está acontecendo dentro do período planejado, porém a assessoria segue em direção mais assertiva para o aprimoramento de uma comunicação estratégica.

Fonte: Assessoria de Comunicação e Social e Marketing Institucional

Conforme descrito, a unidade informou a conclusão das três ações previstas. Contudo, observa-se que não houve atualização da análise crítica das ações A7.2 e A7.3 em relação ao exercício anterior, período em que tais ações ainda se encontravam em execução, o que acaba por comprometer a transparência das informações apresentadas.

Em relação às entregas da unidade em 2025, a Ascom informou que realizou eventos internos e externos, como reuniões técnicas, eventos temáticos e coletivas de imprensa, contribuindo para o debate de políticas públicas, o fortalecimento da relação com a sociedade e a melhoria da imagem institucional. Com base em um calendário de datas comemorativas, promoveu ações de endomarketing em parceria com outras unidades, especialmente a CGPES, visando ao aprimoramento do clima organizacional e da qualidade de vida no trabalho. No âmbito da comunicação externa, ampliou a visibilidade da Sudam nas mídias e humanizou as redes sociais, alcançando a meta de 3.500 seguidores no Instagram, um crescimento de 20% em relação a 2024. Ademais, no segundo semestre, concluiu a produção de conteúdo do Manual de Comunicação Institucional e conseguiu avançar no relacionamento com a imprensa, com foco na mudança de imagem da Sudam para o público externo.

A Ascom relatou diversas dificuldades para o alcance de suas metas, destacando-se, principalmente, a escassez de servidores, uma vez que a equipe encerrou o ano composta por apenas três membros, o que resultou em sobrecarga diária de trabalho e limitou o tempo disponível para o planejamento de ações mais coordenadas e estratégicas. Soma-se a isso o envolvimento da equipe nos processos de contratação de serviços para a realização de eventos institucionais, atividade complexa e que exige acompanhamento constante, dedicação técnica e atenção às frequentes atualizações normativas, tornando inviável a dedicação exclusiva necessária em uma unidade já sobrecarregada. Adicionalmente, a Ascom atuou na instrução de diversos processos de patrocínio, os quais demandam elevado nível de empenho e comprometem ainda mais a capacidade operacional da assessoria, impactando diretamente a elaboração e a execução de um planejamento mais assertivo. Por fim, a ausência de profissionais especializados, como designer gráfico e responsável pela gestão das redes sociais, aliada à carência de outros perfis técnicos, dificultou a ampliação da divulgação das ações institucionais, tornou o fluxo dos processos mais lento e prejudicou o cumprimento de prazos demandados por outras unidades.

Com base nas informações apresentadas, verifica-se que a unidade orientou suas atividades para o cumprimento de seu objetivo estratégico, logrando êxito no alcance das metas estabelecidas e na conclusão das ações previstas para o período, mesmo diante das limitações e dificuldades enfrentadas ao longo da vigência do PEI. Todavia, ressalta-se a ausência de atualização da análise crítica de algumas ações desenvolvidas, o que impacta negativamente a transparência e a completude das informações disponibilizadas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO
8 - Ampliar a captação de recursos para a execução de projetos prioritários.

Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária – CPOR

A Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária – CPOR, vinculada à Coordenação-Geral de Fortalecimento dos Entes Federados – CGEFE (DPROS), é a unidade responsável pelo objetivo estratégico 8 e apresentou o resultado disposto no Quadro 15.

Quadro 15 - Indicador do Objetivo Estratégico 8 (CPOR/CGEFE)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I17 - Índice de disponibilização de orçamento	CPOR/CGEFE	Incrementar em 2,5% o montante total de recursos (discricionários, de emendas e de financiamentos) em comparação a LOA do ano anterior	2,5%	-5,6%

Fonte: Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária – CPOR/CGEFE

Conforme apresentado no Quadro 21, a unidade não alcançou a meta em 2025. A CPOR destacou que na comparação com o orçamento de 2024, houve redução do valor total de recursos em 5,6%, resultado influenciado pelo decréscimo do orçamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, em quase R$ 60 milhões.

Referente ao Plano de ação da unidade, é composto por duas ações de subsídios à gestão, conforme Quadro 16:

Quadro 16 – Plano de Ação do Objetivo Estratégico 8 (CPOR/CGEFE)

Ação	Prazo de Finalização	Status	Análise Crítica da Unidade
A.8.1 Subsidiar a Gestão com documentos e informações técnicas para a articulação institucional junto ao MIDR e ministérios setoriais	Dez/24	Concluída	Comparativamente a 2024, não se observou acréscimo nos recursos orçamentários discricionários da Sudam. É importante destacar que, em que pese a gestão junto ao MIDR, para a ampliação de recursos, a distribuição de limites orçamentários cabe àquele

visando ampliar a captação de recursos discricionários (administrativos e (finalísticos).			Ministério, não tendo a Sudam gerência acerca dos critérios utilizados para tal. Ainda assim, o montante de recursos discricionários manteve-se estável de 2024 para 2025, alertando-se apenas para os cortes/contingenciamentos realizados ao longo do exercício de 2025.
A.8.2 Subsidiar a Gestão com documentos e informações técnicas para a articulação institucional junto ao Congresso Nacional visando ampliar a captação de recursos de emendas parlamentares.	Dez/23	Concluída	A CPOR anualmente edita a cartilha de ações passíveis de alocação de recursos no orçamento da Sudam, com vistas a orientar o agente externo, especialmente os parlamentares, na decisão de executar seus recursos via essa Superintendência. No entanto, destaca-se que, embora as tratativas junto aos parlamentares da Amazônia Legal, o número de EPIs tem reduzido desde a implementação das Transferências Especiais e Fundo a Fundo.

Fonte: Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária – CPOR/CGEFE

Conforme quadro acima, a coordenação concluiu as duas ações de sua responsabilidade. No âmbito de suas entregas em 2025, a unidade destaca:

- Elaboração do Plano de Ação da Programação Orçamentária Sudam 2025, com base no PPA 2024-2027, na LDO e LOA 2025, com o objetivo de orientar a execução das ações da Sudam para o exercício de 2025, por meio de recursos do Orçamento Geral da União – OGU;
- Elaboração de Relatórios de Execução da Programação Orçamentária, ao longo do exercício de 2025, subsidiando diretores e superintendente de informações quanto ao orçamento aprovado e sua respectiva execução;
- Edição da Cartilha de Ações Orçamentárias Sudam 2026, com o objetivo de orientar sobre os programas e ações orçamentárias passíveis de alocação de recursos ao orçamento da Sudam para o exercício de 2026.

A unidade relata como dificuldade enfrentada em 2025 os cortes e contingenciamentos realizados pelo MIDR, no orçamento da Sudam, sem prévio aviso, o que prejudicou a execução do planejamento proposto para o exercício.

Como proposta de soluções, a unidade pretende continuar a subsidiar a Gestão com documentos e assessoramento técnico para que a articulação com o Setorial seja mais eficaz.

Com base nas informações apresentadas, entende-se que a unidade atuou em conformidade com o Plano de Ação e com o objetivo estratégico sob sua responsabilidade ao longo de todo o período de vigência do PEI, demonstrando alinhamento institucional e dedicação à entrega de resultados. Embora o indicador tenha ficado aquém do esperado para 2025, a CPOR desempenhou importante papel ao fornecer a base documental e técnica necessária para que a Sudam buscasse a recomposição de seu orçamento, contribuindo para a continuidade e a plena execução de seus projetos prioritários.

OBJETIVO ESTRATÉGICO
9 - Otimizar a gestão dos recursos com foco na efetividade do gasto público.

Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOFI

A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOFI (Dirad), uma das unidades responsáveis pelo objetivo estratégico 9, informou do alcance de sua meta, conforme Quadro 17.

Quadro 17 – Indicador do Objetivo Estratégico 9 (CGOFI)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I18 - Índice de Execução Orçamentária	CGOFI	Executar, no mínimo, 98% do orçamento público, até 2025.	98%	99,72%

Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOFI

Em 2025, a coordenação alcançou a expressiva execução orçamentária de 99,72%, superando a meta estabelecida para o ano. De acordo com a unidade, o resultado evidencia uma gestão orçamentária eficiente, com alta capacidade de execução dos recursos públicos planejados e demonstra que a maior parte do orçamento foi utilizada conforme o previsto, sugerindo um bom planejamento e controle na alocação e aplicação dos recursos.

Referente ao Plano de Ação de responsabilidade da unidade, é composto por ação única, de acordo com o Quadro 18. Conforme relatado, a unidade concluiu a ação prevista dentro do prazo estabelecido.

Quadro 18 – Plano de Ação do Objetivo Estratégico 9 - CGOFI

Ação	Previsão de conclusão	Status	Análise Crítica da Unidade
A9.1 Realização do monitoramento da execução orçamentária tempestivamente.	31/12/2024	Concluída	O resultado alcançado pela SUDAM revela um desempenho positivo em 2025. Esse resultado sugere que a ação empreendida pela CGOFI se mostrou eficaz, contribuindo para o alcance da meta. É válido destacar que o monitoramento tempestivo contribuiu para a otimização da alocação de recursos e para garantia da eficiência dos gastos públicos.

Fonte: Coordenação-geral de Orçamento e Finanças – CGOFI

De acordo com a unidade, as principais entregas no período foram:

- Elaboração sistemática e ordinária do instrumento de acompanhamento e análise dos resultados periodicamente alcançados, fornecendo informações para possível otimização dos recursos, bem como subsidiar a tomada de decisão da alta gestão da Sudam;
- Realização do monitoramento tempestivo da execução orçamentária, contribuindo para o alcance da meta estabelecida.

A unidade informou não ter enfrentado dificuldades significativas para o alcance da meta em 2025, resultado que reflete a maturidade de seus processos internos e a agilidade administrativa demonstrada ao longo do ciclo. De acordo com a unidade, para os próximos períodos, o principal desafio passa a ser a transição de um monitoramento predominantemente quantitativo para uma abordagem mais qualitativa, capaz de avaliar o impacto efetivo das entregas e apoiar a busca contínua por maior economicidade e eficiência institucional.

A partir das informações apresentadas, entende-se que a unidade obteve resultados satisfatórios nas ações conduzidas ao longo da vigência do PEI, demonstrando efetividade na execução do plano de ação e no alcance das metas estabelecidas. Suas entregas evidenciam compromisso com o objetivo estratégico sob sua responsabilidade e alinhamento às diretrizes institucionais, contribuindo de forma consistente para o desempenho global da organização.

Coordenação de Licitação e Contratos - CLIC

A Coordenação de Licitação e Contratos, uma das unidades responsáveis pelo objetivo estratégico 9, informou do alcance de sua meta, conforme Quadro 19.

Quadro 19 – Indicador do Objetivo Estratégico 9 (CLIC)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I18A – Número de Relatórios de Monitoramento de Plano Anual de Contratações	CLIC	Elaborar 10 relatórios de monitoramento do Plano Anual de Contratações até 2025	10	10

Fonte: Coordenação de Licitação e Contratos - CLIC

Conforme o quadro 27, observa-se que a CLIC alcançou a meta estabelecida para 2025. A unidade informou que foram produzidos 4 (quatro) relatórios de monitoramento no referido exercício, o que possibilitou a administração acompanhar as unidades requisitantes na execução do Plano de Contratações Anual de 2025.

Referente ao Plano de Ação de responsabilidade da unidade, é composto por ação única, de acordo com o Quadro 20. Conforme relatado, a unidade concluiu a ação prevista dentro do prazo estabelecido.

Quadro 20 – Plano de Ação do Objetivo Estratégico 9 (CLIC)

Ação	Previsão de conclusão	Status	Análise Crítica da Unidade
A9.2 Elaborar relatórios de monitoramento do Plano Anual de Contratações	31/12/2024	Concluída	De forma geral o objetivo do relatório foi alcançado, pois a autoridade competente recebeu as informações tempestivamente para adoção de medidas, contudo quando se verifica as compras, especialmente da área da CGTIC, nota-se uma concentração no último bimestre do ano 2025. Tal ação revela risco, pois fica sujeita a diversos fatores externos que podem contribuir para não cristalização do processo de compra: contingenciamento ou bloqueio de recursos, não conclusão da licitação envolvidas, etc. Outra unidade cujos os processos de contratação foram instruídos com prazo reduzidos foi a ASCOM. O que representou riscos de não execução, principalmente, porque a instrução se deu na modalidade inexigibilidade para patrocínios de eventos. Sugere-se em relação a: 1) CGTIC: A repactuação do calendário de compras em que processos críticos fossem instruídos no primeiro semestre do ano com priorização através da matriz GUT. 2) a ASCOM A atualização da norma interna de patrocínio objetivando estabelecer prazos exíguos para instrução adequada a nova Lei de Licitações e Contratos.

Fonte: Coordenação de Licitação e Contratos - CLIC

A unidade destaca que as principais entregas foram os relatórios de monitoramento do PCA2025, que serviram de apoio ao alcance dos objetivos institucionais, permitindo rápida atuação diante de possíveis eventos negativos, como, por exemplo, a falta de instrução de processos de compras, obras e serviços no calendário previsto.

Em relação às dificuldades enfrentadas, a unidade destaca que a pactuação de um calendário que distribua a força de trabalho dentro um cronograma possível levando em conta a redução de servidores e as atribuições do dia a dia de cada unidade requisitante poderá contribuir para a execução do PCA.

A CLIC aponta como soluções:

- Identificar os agentes responsáveis pelas demandas inseridas no PCA e realizar comunicação para adoção de providências de instrução tempestiva da compra, obra ou serviço que é responsável;
- Pactuar com as unidades um calendário que leve em conta as priorizações do exercício e os servidores disponíveis para instruir os itens do PCA;
- Realizar reunião com as unidades requisitantes sobre o relatório de monitoramento.

A unidade conclui que o monitoramento é uma atividade acessória à execução do PCA que demonstra o acompanhamento da execução e possibilita a autoridade competente a adoção das medidas de correção pertinentes, pois agrega a identificação, avaliação e tratamento de riscos de itens constante do planejamento. Aponta também a necessidade de revisão do calendário de compras a partir de priorização dos processos críticos apontados no PCA.

A partir das informações prestadas, entende-se que a unidade apresentou bons resultados de suas atividades direcionadas ao cumprimento do plano de ação e alcance da meta, garantindo a busca pelo objetivo estratégico durante o período de vigência do PEI.

PERSPECTIVA: RESULTADOS INSTITUCIONAIS

OBJETIVO ESTRATÉGICO

10 - Fortalecer a articulação institucional junto aos parceiros estratégicos.

Gabinete – GAB

O Gabinete da Sudam – GAB (SUPERIN), unidade responsável pela execução deste objetivo estratégico, informou quanto ao alcance da meta estratégica conforme Quadro 21.

Quadro 21 – Indicador do Objetivo Estratégico 10 (GAB)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I19 - Parcerias Institucionais Firmadas	GAB	Firmar 30 parcerias institucionais até 2025	30	35

Fonte: Gabinete

A unidade acumula bons resultados e ultrapassou a meta estratégica de 30 (trinta) parcerias institucionais. Em 2025, a unidade informou que foram firmadas 9 (nove) parcerias.

Referente ao plano de ação, composto por três ações, relatou-se a partir do quadro 22.

Quadro 22 – Plano de Ação do Objetivo Estratégico 10 (GAB)

Ação	Prazo de Finalização	Status	Análise Crítica da Unidade
A10.1 Elaborar em conjunto com as diretorias a agenda estratégica para parcerias.	31/12/2024	Concluída	Foi realizado o levantamento de parceiros estratégicos em ações conjuntas com as demais diretorias da Superintendência e no decorrer das realizações de reunião da DICOL/ SUDAM, durante o ano. Semanalmente ocorre um cronograma de agendas a serem cumpridas pela Superintendência as quais, por razões internas ou externas, são modificadas ou confirmadas no decorrer da sua realização. Nesse diapasão, as audiências e reunião foram tratadas por e-mail institucional do Gabinete ou do Superintendente, por processo eletrônico SEI ou mesmo informalmente por ligação telefônica ou por mensagem whatsapp de assessores ou da Chefa de Gabinete.
A10.2 Identificar e realizar reuniões com instituições de ensino e pesquisa nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, nacionais e internacionais, que sejam estratégicas para o desenvolvimento regional.	31/12/2024	Concluída	A Superintendência articulou audiências junto à EMBRAPA; com as reitorias da UFPA, da UFOPA e da UFRA, em que as articulações ocorreram normalmente, porém, ainda se encontra em tramitação o firmamento de com vistas ao desenvolvimento de Projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional nas áreas de interesse. Já com a EMBRAPA, a SUDAM firmou duas parcerias, sendo uma (59004.001461/2024-98) incentivando a valorização do Café Ancestral agroecológico no Nordeste Paraense e outra voltada à transferência de tecnologia (59004.001459/2024-19) voltadas ao aperfeiçoamento tecnológico de apicultores, meliponicultores e técnicos na adoção de boas práticas de manejo zootécnico de abelhas sociais.
A 10.3 Realizar reuniões técnicas com instituições públicas e privadas para estabelecer parcerias com vistas ao desenvolvimento da Amazônia Legal	31/12/2024	Concluída	No 1º semestre de 2025 ocorreram diversas agendas com participação em reuniões seminários, audiências e outros eventos, dentre os quais, cita-se a reunião com reunião com o MDS sobre realização de ações conjuntas do Acordo de Cooperação Técnica, com o Secretário de Economia Verde do MDIC, Rodrigo Rollembeg, em busca de recursos para desenvolvimento na Amazônia. Já no 2º semestre de 2025, a Superintendência articulou audiências junto ao Presidente da ANATER sobre a Cooperação Técnica para Assistência Técnica e Multiplicação da REDE CAF na Amazônia Legal, com Ministério das Cidades, MIDR,

			Banco do Brasil, SUDENE, SUDECO sobre a Criação de novas linhas de crédito para periferias, com Secretário Executivo Adjunto do MGI e demais Superintendências da SUDENE e SUDECO para tratar sobre medidas de fortalecimento institucional, dentre outras agendas.

Fonte: Gabinete

A unidade informou que concluiu as 3 (três) ações previstas.

A unidade relatou que as principais entregas no período foram os acordos e parcerias firmados, conforme abaixo:

- TED entre Sudam e INPA;
- TED entre Sudam e o Centro de Pesquisa Agropecuária de Cocais e de Planícies Inundáveis – Embrapa Maranhão;
- TED entre Sudam e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Amazônia Oriental;
- Convênio entre Sudam e o Instituto de Pesquisas Cientificas e Tecnológicas do Estado do Amapá-IEPA;
- TED entre SUDAM e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Amazônia Oriental;
- Convênio entre Sudam e SEBRAE/AMAPÁ;
- TED entre Sudam e a Universidade Federal do Acre-UFAC;
- TED entre Sudam e o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá- IEPA;
- TED entre Sudam e a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

Quanto às dificuldades encontradas, a unidade relatou que, embora tenha realizado diversas agendas com instituições estratégicas para o desenvolvimento regional, o número de parcerias efetivamente celebradas ainda foi reduzido. Além disso, vários processos permanecem em tramitação, sem previsão de conclusão, mesmo aqueles que já contam com aprovação da Diretoria Colegiada da Sudam.

A unidade apresentou propostas de soluções voltadas ao fortalecimento da captação e seleção de iniciativas alinhadas ao desenvolvimento regional. Entre as propostas, destaca-se a abertura de uma consulta pública no site da autarquia, com o objetivo de atrair projetos qualificados — públicos ou privados — que possam ser avaliados segundo critérios técnicos definidos pela SUDAM, permitindo a priorização estruturada das iniciativas mais adequadas para futura celebração de parcerias institucionais. Além disso, a unidade sugeriu intensificar a articulação política para ampliar a captação de recursos destinados à ciência, tecnologia e inovação na Amazônia.

O Gabinete conclui que a atração de novos recursos e o fortalecimento de alianças estratégicas tendem a consolidar a Sudam como uma instituição mais robusta, contribuindo diretamente para o cumprimento de sua missão de promover o desenvolvimento sustentável e includente da região amazônica.

Assim, avalia-se que a unidade conduziu as ações de sua responsabilidade com foco no alcance do objetivo estratégico, dedicando-se a cumprir o plano de ação conforme planejado durante o período de vigência deste PEI.

OBJETIVO ESTRATÉGICO
11 - Formular estratégias para o desenvolvimento regional.

Coordenação-Geral de Planejamento Regional – CGPLA

A Coordenação-Geral de Planejamento Regional – CGPLA (DPLAN) apresentou resultado referente ao Objetivo Estratégico 11, conforme Quadro 23.

Quadro 23 – Indicador do Objetivo Estratégico 11 (CGPLA)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I20 – Quantidade de instrumentos/documentos estratégicos voltados ao desenvolvimento regional elaborados/apoiados/articulados	CPLA/CGPLA	Apoiar/articular a implementação e/ou elaborar 14 instrumentos/documentos estratégicos voltados ao desenvolvimento regional até 2025	14	14

Fonte: Coordenação-Geral de Planejamento Regional – CGPLA

Conforme quadro 33, a CGPLA alcançou sua meta para 2025. A unidade afirma que vem atuando segundo as ações e metas dispostas no PEI da Sudam, corroborando para o alcance da missão institucional da autarquia.

Quanto ao Plano de Ação, a unidade apresentou suas informações a partir do Quadro 24:

Quadro 24 – Plano de Ação do Objetivo Estratégico 11 (CGPLA)

Ação	Prazo de Finalização	Status	Análise Crítica da Unidade
A11.1 Elaborar estudos referentes ao aprimoramento dos instrumentos de atuação da Sudam	31/12/2024	Concluída	Elaboração das Diretrizes e Prioridades do FNO com realização de consulta pública e elaboração de relatório com os resultados da consulta (SEI 59004.000252/2025-16; 59004.000253/2025-52). Elaboração de diagnóstico para a região do Lago de Tucuruí/PA foco de implementação do Plano Integrado Lago de Tucuruí/PA (SEI 59004.000990/2024-74 Doc. SEI nº 0725147). Análise e manifestação técnica sobre o regulamento do uso dos 1,5% do FDA para P&D (SEI 59004.001298/2021-11; 59004.002175/2025-21; 59004.001635/2025-01). Elaboração de MINUTA de Regulamento para a implementação do CORIFF (SEI 59004.000032/2025-84) e Minuta de Protocolo de Intenções SUDAM/MDS (SEI 59004.000128/2025-42
A11.2 Elaborar/atualizar planos e programas de desenvolvimento	31/12/2024	Concluída	Elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Indígenas/RR (SEI 59004.001221/2024-93 Elaboração de Propostas de Pacto de Metas (Proc. SEI 59004.00099/2025-19) Realização de Seminários para identificação de demandas prioritárias nas regiões do Lago de Tucuruí/PA (SEI 59004.000990/2024-74) e Vale do Juruá/AC (59004.000714/2025-97) com vistas à elaboração de Planos Integrados para estas regiões.
A11.3 - Apoiar/articular a implementação de instrumentos voltados ao desenvolvimento regional	31/12/2025	Concluída	Realização do Seminário de Desenvolvimento Regional SEI59004000177/2025-85; Acompanhamento do Acordo de Cooperação Técnica SUDAM/SUFRAMA (SEI 59004.002525/2020-44 Atuação em Grupos de Trabalhos do Núcleo de Inteligência Regional – NIR/PNDR. (Proc. SEI 59004.000945/2018-71; Proc SEI 59004.001593/2023-39; Proc. SEI 59004.001594/2023-83; Proc. SEI 59004.001592/2023-94). Atuação junto ao MPO para a elaboração da Estratégia Brasil 2050 (SEI 59004.002653/2024-11) Inserção nas Diretrizes e Prioridades do FNO (Doc. 0709237) e do FDA (Doc. 0709213) de condições diferenciadas para os projetos do PRDA e dos Planos Integrados de Desenvolvimento.

			Ações para o monitoramento do PRDA (Proc. SEI 59004.002078/2023-76) e participação na elaboração das Agendas Transversais Territoriais do MPO (SEI Proc. SEI 59004.000224/2022-48); Atualização do Portal PRDA (Proc. SEI 59004.002131/2023-39) Atuação junto ao Núcleo de Integração Faixa de Fronteira – NIFFAM (SEI 59004.001284/2023-69) e no Plano Arco Norte mais Rondônia (SEI 59004.000102/2025-02).

Fonte: Coordenação-Geral de Planejamento Regional – CGPLA

A unidade relatou que concluiu as 3 ações previstas em seu Plano de Ação, apontando as atividades a estas vinculadas.

A CGPLA relatou um conjunto amplo de entregas voltadas ao aprimoramento dos instrumentos de ação da Sudam e ao fortalecimento do planejamento e desenvolvimento regional. Entre os principais resultados, destacam-se a elaboração das Diretrizes e Prioridades do FNO e do FDA a partir de consulta pública — complementada por plenárias nos estados da Amazônia — e a consolidação de seu relatório, disponibilizado ao público. A unidade também produziu diagnósticos estratégicos, como o da região do Lago de Tucuruí/PA, e analisou o regulamento para uso dos 1,5% do FDA destinados a pesquisa e desenvolvimento. Além disso, desenvolveu minutas normativas importantes, como a do CORIFF e de acordos de cooperação, inclusive com o MDS. No âmbito dos planos territoriais, elaborou o Plano Integrado de Desenvolvimento dos Territórios Indígenas de Roraima, promoveu seminários regionais e avançou na construção dos Planos Integrados do Lago de Tucuruí/PA e do Vale do Juruá/AC. Contribuiu ainda para o Pacto de Metas do PRDA, para a programação anual do Plano Regional e para a organização de seminário nacional de desenvolvimento regional. A unidade participou de grupos estratégicos como o NIR/PNDR, apoiou a Agenda Transversal Territorial do PPA 2024–2027, acompanhou o monitoramento do PRDA e atuou na atualização do Portal PRDA, ampliando transparência e acesso público. Por fim, integrou ações do Núcleo de Integração da Faixa de Fronteira e da elaboração do Plano Arco Norte mais Rondônia, consolidando uma atuação abrangente e estratégica no desenvolvimento da Amazônia.

Dentre as principais dificuldades encontradas para o alcance das metas estabelecidas para 2024, a unidade destaca: o excesso de demandas internas e externas que tem o condão de paralisar as atividades da unidade para cumprimento dos prazos geralmente exíguos; e a falta de força de trabalho para a execução das atividades.

A unidade avalia como soluções a reposição da equipe de trabalho para atendimento das demandas e das atividades presentes no Regimento Interno; e o aumento dos esforços para a aprovação do Plano de Cargos e Salários da Sudam.

Avalia-se que a unidade alcançou bons resultados em suas entregas e mostrou-se dedicada a cumprir seus compromissos durante o período de vigência do PEI, adequando-se às condições de dificuldades.

Coordenação de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - Capi

Em relação à Coordenação de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – Capi, vinculada à Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável – CGDES (DPROS), os resultados de 2025 para o objetivo estratégico 11 estão demonstrados no Quadro 25.

Quadro 25 – Indicador do Objetivo Estratégico 11 (Capi/CGDES)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I21 – Percentual de atividades executadas para a elaboração do Programa de CT&I	Capi/CGDES	Implantar o Programa de CT&I	100%	100%

Fonte: Coordenação de Apoio à Inovação – Capi/CGDES

Registra-se que a meta do indicador I21 foi alcançada em 2024. A unidade informou que o Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação foi aprovado pela Diretoria Colegiada por meio da Resolução 1.058, de 19 de agosto de 2024.

Quadro 26 – Plano de Ação do Objetivo Estratégico 11 (Capi/CGDES)

Ação	Prazo de Finalização	Status	Análise Crítica da Unidade
A11.4 Acompanhamento do PCT SUDAM/PNUD	Dez. 21	Concluída	-
A11.5 Elaboração de proposta de Programa de CT&I dentro do PCT SUDAM/PNUD	Dez. 24	Concluída	Aprovado pela Diretoria Colegiada do PDCTIA – Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação por meio da Resolução DICOL/SUDAM Nº 1058, de 19 de agosto de 2024. O programa está no Processo de implementação.

Fonte: Coordenação de Apoio à Inovação – Capi/CGDES

Em relação ao Plano de Ação da unidade referente ao objetivo estratégico 11, as duas ações já haviam sido concluídas em exercícios anteriores.

Avalia-se que a unidade conduziu as ações de sua responsabilidade com foco no alcance do objetivo estratégico, dedicando-se a cumprir o plano de ação conforme planejado durante o período de vigência do PEI.

OBJETIVO ESTRATÉGICO
12 - Apoiar projetos e iniciativas de entes nacionais e sub-nacionais com recursos federais.

Coordenação de Apoio aos Sistemas Produtivos – Casp

A Coordenação de Apoio aos Sistemas Produtivos – Casp, vinculada à Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável – CGDES (DPROS), é a unidade responsável pela condução deste objetivo estratégico e apresentou os resultados referentes ao período de 2025, conforme Quadro 27.

Quadro 27 – Indicador do Objetivo Estratégico 12 (Casp/CGDES)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I22 - Número de projetos apoiados	Casp/CGDES	Apoiar 08 projetos de fortalecimento do setor produtivo regional, até 2025.	8	8

Fonte: Coordenação de Apoio aos Sistemas Produtivos – Casp/CGDES

Conforme observado, a meta referente ao indicador I22 foi alcançada no exercício em questão. A unidade informou que contribuiu para a elaboração de pareceres técnicos relativos a dois projetos do setor produtivo. Ressaltou-se que, embora tenham sido celebrados os Termos de Execução Descentralizada (TEDs) desses projetos, a Embrapa não efetuou o empenho dos recursos junto à fundação de apoio em tempo hábil, o que resultou na necessidade de devolução dos valores transferidos à Sudam. Em razão disso, os dois projetos não foram executados no ano de 2025. Ainda assim, o resultado será contabilizado para esse exercício, não podendo ser considerado em 2026, caso o referido indicador permaneça inalterado.

Quadro 28 – Plano de Ação do Objetivo Estratégico 12 (Casp/CGDES)

Ação	Prazo de Finalização	Status	Análise Crítica da Unidade
A12.1 Elaboração de critérios para o ranqueamento de projetos.	Dez/21	Concluída	O documento com os critérios para o ranqueamento de projetos foi concluído em 31.12.21 (SEI 59004.000285/2021- 24) e atualizado em 11.07.23 (SEI 0518340, proc. 59004.001382/2022- 15)

A12.2 Elaboração do ranqueamento dos projetos, em carteira.	Jun/24	Concluída	O documento com o ranqueamento de projetos foi concluído e apresentado à DPROS em 11.07.23 (SEI 0518359, proc. 59004.001382/2022- 15)
A12.3 Execução da análise dos projetos priorizados, com emissão de parecer técnico.	Ago/24	Concluída	Em 2024 foram emitidos 3 pareceres técnicos que subsidiaram a celebração de 3 TED's: (1) TED SUDAM – EMBRAPA (Projeto Manejaí; SEI 59004.001981/2023-10): SEI 0599813 (2) TED SUDAM – EMBRAPA (Projeto Mel; SEI 59004.001459/2024-19): SEI 0605680 (3) NC SUDAM – EMBRAPA (Projeto Café; SEI 59004.001461/2024-98): SEI 0612730. Em 2025, a CASP realizou a instrução processual e a elaboração de 2 pareceres técnicos referentes a 02 projetos do setor produtivo: 1) Ted Sudam – Embrapa Amazônia Oriental (Projeto Das Búfalas): Doc Sei 0715392 e; 2) Ted Sudam – Embrapa Amazônia Oriental (Projeto Fruticultura): Doc Sei 0715462 Cabe destacar que, embora tenha ocorrido a celebração dos Ted's desses 02 projetos, a Embrapa não realizou o empenho dos recursos junto a fundação de apoio a tempo, e os recursos transferidos precisaram ser devolvidos à Sudam, os 02 projetos não foram executados em 2025.
A12.4 Execução do acompanhamento de projetos, com emissão de relatórios parciais.	Dez/24	Concluída	Em 2024 foram emitidos 2 relatórios parciais de acompanhamento da execução de 2 TED's celebrados em 2023: TED SUDAM – EMBRAPA RR: Doc SEI 0620201 (SEI 59004.002276/2023-30) e TED SUDAM - UFAM: Doc SEI 0637183 (SEI 59004.002451/2023-99). Em 2025 foram emitidos 2 relatórios parciais de acompanhamento da execução de 2 Projetos: DC Sudam – Embrapa Amazônia Oriental (Projeto Café Ancestral): Doc SEI 0681994 e TED Sudam – Embrapa Roraima (Projeto Saf's de Cacau): Doc SEI 0722375
A12.5 Execução da avaliação de projetos após sua conclusão, com emissão de relatório final.	Dez/24	Concluída	Em 2024 foram emitidos 2 relatórios parciais de acompanhamento da execução de 2 TED's celebrados em 2023: TED SUDAM - EMBRAPA RR: Doc SEI 0620201 (SEI 59004.002276/2023-30) e TED SUDAM - UFAM: Doc SEI 0637183 (SEI 59004.002451/2023-99). Em 2025 foram emitidos 2 relatórios parciais de acompanhamento da execução de 2 Projetos: DC Sudam – Embrapa Amazônia Oriental (Projeto Café Ancestral): Doc SEI 0681994 e TED Sudam – Embrapa Roraima (Projeto Saf's de Cacau): Doc SEI 0722375 Em 2025, a CASP realizou a instrução processual e a elaboração de 2 pareceres técnicos referentes a 02 projetos do setor produtivo: 1) Ted Sudam – Embrapa Amazônia Oriental (Projeto Das Búfalas): Doc Sei 0715392 e; 2) Ted Sudam – Embrapa Amazônia Oriental (Projeto Fruticultura): Doc Sei 0715462 Cabe destacar que, embora tenha ocorrido a celebração dos Ted's desses 02 projetos, a Embrapa não realizou o empenho dos recursos junto a fundação de apoio a tempo, e os recursos transferidos precisaram ser devolvidos à Sudam, os 02 projetos não foram executados em 2025.

A12.6 Execução e acompanhamento do PCT SUDAM/PNUD	Dez/24	Concluída	Conforme Inc. III, Art. 35 da Resolução Normativa 09, de 25 de setembro de 2023 (SEI 0540689), a competência para coordenação de acordos internacionais passou para a CGPAR/DPLAN (Atual CGEFE). No entanto, um dos produtos contratados no âmbito do PCT SUDAM - PNUD será executado pela CASP (Produto 3: Estratégia de Fomento de Apls, SEI 59004.000954/2024-19). No ano de 2024, a CASP contribuiu para elaboração do termo de referência para contratação de consultoria jurídica especializada para elaboração da Estratégia de Fomento de Apls: 0643767; 0643768; 0644829 e 0644831. Em 2025, a CASP participou da seleção de consultorias para elaboração da Estratégia de Fomento de Apls, com a elaboração de Nota Técnica da consultoria vencedora (Consórcio Cluster/Naea/ICV): Doc SEI 0724625
A12.7 Elaboração de Banco de Dados sobre setores produtivos - açaí, cacau, pescado, mel.	Dez/22	Concluída	Conforme a resolução nº 634, de 07 de dezembro de 2022 (SEI 0481052), a meta foi repactuada para levantamento de informações somente do setor produtivo do cacau (20% da meta original), sendo concluída em 2022

Fonte: Coordenação de Apoio aos Sistemas Produtivos – Casp/CGDES

Conforme observa-se, todas as ações previstas foram concluídas. Dentre as principais entregas realizadas no período, a unidade cita:

- Elaboração da Revista do Workshop Arranjos Produtivos Locais na Amazônia Legal, em parceria com consultor físico contratado pelo PNUD;
- Elaboração do Vídeo Institucional do Workshop Arranjos Produtivos Locais na Amazônia Legal, em parceria com consultor físico contratado pelo PNUD;
- Elaboração do Edital de Chamamento Público da CGDES/DPROS, em parceria com a CAPI;
- Elaboração de Nota Técnica para contratação de consultoria jurídica especializada para elaboração da Estratégia de Fomento de Apls da Sudam;
- Apoio técnico para celebração do TED Sudam – Embrapa Amazônia Oriental “Estratégia para o apoio a Inovação para o incremento na cadeia produtiva de búfalas leiteiras na ilha de Marajó, Pará”;
- Apoio técnico para celebração do TED Sudam – Embrapa Amazônia Oriental “Arranjos produtivos com sistemas descarbonizados (SAFs), para incrementar a viabilidade econômica e a sustentabilidade da fruticultura de espécies nativas, no Nordeste paraense”;
- Elaboração de Parecer Técnico para o projeto “Aquisição de equipamentos para o beneficiamento do açaí", iniciativa da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR/AP”;

- Acompanhamento do TED Sudam – Embrapa Roraima “Validação, avaliação e transferência de tecnologias do cultivo do cacau em SAFs no Sul do Estado de Roraima”;
- Acompanhamento do TED SUDAM – UFAM “Qualidade higiênico-sanitária de leite e queijo coalho produzidos na bacia leiteira de Autazes-AM”;
- Acompanhamento da NC Sudam – Embrapa Amazônia Oriental “Ações de incentivo à valorização do Café Ancestral agroecológico no Nordeste Paraense”;

A unidade enfrentou diversas dificuldades ao longo do exercício, destacando-se o quantitativo reduzido da equipe de trabalho, o que comprometeu a capacidade de atender tanto às demandas previstas quanto às não previstas. Soma-se a isso a limitação orçamentária, agravada por bloqueios e contingenciamentos de recursos, que restringiram o apoio necessário à execução dos projetos. Ademais, a disponibilização tardia dos recursos financeiros dificultou a adequada articulação institucional e a instrução processual dentro do mesmo exercício, impactando o planejamento, a tramitação dos processos e, consequentemente, a efetiva execução das ações propostas.

Como soluções, a Casp/CGDES propõe a ampliação do quantitativo da equipe da unidade e a disponibilização de orçamento em tempo hábil para apoio a projetos dentro do exercício.

Avalia-se que a unidade conduziu as ações de sua responsabilidade com foco no alcance do objetivo estratégico, dedicando-se a cumprir o plano de ação conforme planejado durante o período de vigência do PEI.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
13 – Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas.
14 - Fortalecer o sistema regional de Ciência, Pesquisa e Inovação.

Coordenação de Apoio à Inovação – Capi

A Coordenação de Apoio à Inovação – Capi/CGDES (DPROS) está responsável por estes objetivos estratégicos tratados e com seus resultados representados nos Quadros 29 e 30.

Quadro 29 – Indicador do Objetivo Estratégico 13 (Capi/CGDES)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I28 - Nº de projetos apoiados	Capi/CGDES	Apoiar projetos que visam o desenvolvimento e/ou aprimoramento de novos produtos, processos e/ou serviços, até 2025	7	9

Fonte: Coordenação de Apoio à Inovação – Capi/CGDES

Quadro 30 – Indicador do Objetivo Estratégico 14 (Capi/CGDES)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I30 - Coeficiente de bolsas (B) e equipamentos (E)	Capi/CGDES	Ampliar a formação de massa crítica e da infraestrutura de CT&I até 2025	13	14,21

Fonte: Coordenação de Apoio à Inovação – Capi/CGDES

Conforme relatado pela coordenação, a meta do indicador I28 para 2025 foi superada em virtude do apoio a 3 (três) projetos em 2025. Em relação ao indicador I30, a unidade também superou a meta estabelecida, tendo em vista o apoio a 4 bolsas durante o referido ano.

Quanto ao plano de ação, a unidade apresentou as informações conforme quadro 31:

Quadro 31 – Plano de Ação dos Objetivos Estratégicos 13 e 14 (Capi/CGDES)

Ação	Prazo de Finalização	Status	Análise Crítica da Unidade
A13.1 Apoio financeiro a pelo menos um projeto que resulta em um novo produto, processo e/ou serviço	Dez/24	Concluída	Foram apoiados 3 projetos em 2025
A14.1 Levantamento dos critérios de admissibilidade de projetos	Dez-21	Concluída	-

A14.2 Definição dos documentos de referência para os critérios de admissibilidade	Dez-21	Concluída	-
A14.3 Descrição de subcritérios (aspectos e orientações)	Dez-21	Concluída	-
A14.4 Levantamento dos critérios de avaliação institucional	Dez-21	Concluída	-
A14.5 Definição dos documentos de referência para os critérios de avaliação institucional	Dez-21	Concluída	-
A14.6 Definição de pesos e pontuações para os critérios institucionais	Dez-21	Concluída	-
A14.7 Definição das justificativas e resultados esperados para os critérios institucionais	Dez-21	Concluída	-
A14.8 Definição dos critérios espaciais (localização)	Dez-21	Concluída	-
A14.9 Definição de pesos, pontuações, justificativas e resultados para os critérios institucionais	Dez-21	Concluída	-
A14.10 Apoio financeiro a, pelo menos, quatro projetos de pesquisa, ciência, desenvolvimento tecnológico e /ou inovação.	Dez-24	Concluída	Foram apoiados 3 projetos em 2025

Fonte: Coordenação de Apoio à Inovação – Capi/CGDES

Conforme relatado no Quadro 31, a unidade concluiu todas as ações previstas.

A unidade destaca que não houve entregas relacionadas aos projetos no ano de 2025. Contudo, foram acompanhados os seguintes projetos:

- Acompanhamento do projeto “Promover a transformação da capoeira degradada com o manejo de rebrotamento de bacurizeiros (Platonia insignis Mart.) nas Mesorregiões Nordeste Paraense e Marajó”;
- Acompanhamento do projeto “Desenvolver sistemas sustentáveis de produção, junto aos produtores familiares do Estado do Amazonas, por meio do uso de práticas agroecológicas e produção orgânica, visando promover a conservação dos recursos naturais, a produção de alimentos saudáveis, geração de renda e a segurança alimentar nutricional";

- Acompanhamento do projeto “Implantação de soluções tecnológicas e de qualificação para a produção sustentável de camarões por comunidades ribeirinhas do município de Mazagão (Amapá) e Arquipélago do Marajó - Afuá (Pará)";
- Acompanhamento do projeto “Implantação de soluções tecnológicas e de qualificação para a sustentabilidade da bioeconomia do açaí de várzea em comunidades ribeirinhas da região do Bailique (Distrito de Macapá/AP) E Afuá (Pará)".

No que se refere às dificuldades enfrentadas, a unidade relata que o reduzido número de servidores, aliado à necessidade de atender demandas internas não planejadas, tem prejudicado a execução das atividades previstas no planejamento.

A unidade não apresentou propostas de soluções para as dificuldades relatadas.

Avalia-se que a unidade conduziu as ações de sua responsabilidade com foco no alcance do objetivo estratégico, dedicando-se a cumprir o plano de ação conforme planejado durante o período de vigência do PEI.

OBJETIVO ESTRATÉGICO
15 - Financiar a execução de projetos estratégicos e conceder incentivos fiscais para empreendimentos novos e atuais.

Coordenação-Geral de Atração de Investimentos - CGINV

A Coordenação-Geral de Atração de Investimentos – CGINV (DGFAI), enquanto uma das unidades responsáveis pela execução do objetivo estratégico 15, forneceu as informações presentes no Quadro 32, quanto ao cumprimento de sua meta.

Quadro 32 – Indicador do Objetivo Estratégico 15 (CGINV)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I23 - Número de Parcerias, Acordos de Cooperação e Convênios Celebrados / Ampliados.	CGAVI	Celebrar 02 parcerias, acordos de cooperação ou convênios com instituições para divulgação dos incentivos fiscais, até 2025	2	1

Fonte: Coordenação-Geral de Atração de Investimentos - CGINV.

Em seu relato, a unidade informou que não foi possível alcançar a meta em 2025, apesar de ter avançado na negociação e elaboração de minutas de ACTs, que estão em tramitação e poderão ocorrer em 2026.

Referente ao Plano de Ação, a unidade forneceu as informações constantes no Quadro 33:

Quadro 33 – Plano de Ação do Objetivo Estratégico 15 (CGINV)

Ação	Prazo de Finalização	Status	Análise Crítica da Unidade
A15.1 Estabelecer contato nos Estados da Região Amazônica com as instituições de apoio as empresas, federações das indústrias e do setor rural em cada Estado da Região Amazônica, apresentando os instrumentos de fomento da SUDAM	31/12/2025	Concluída	- Participação ativa da CGINV na série de eventos denominada "Conexão Amazônia" - ação itinerante de articulação federativa e capacitação técnica realizada nos estados do Amapá, Maranhão, Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima. A participação da CGINV foi centrada na divulgação dos instrumentos de ação da SUDAM, dentre eles os Incentivos Fiscais, e do novo Portal de Investimentos da Amazônia, apresentando-o à sociedade em geral para que venha a se constituir em um instrumento auxiliar efetivo na atração de investimentos para a Região Amazônica, conforme previsto na Meta Intermediária I da unidade; - Articulação realizada em 2025, junto à SUFRAMA e ABDE para a celebração de Acordos de Cooperação Técnica. As duas iniciativas já contam com minutas prontas, já tramitando para a formalização (Processos: 59004.001117/2025-80; e 59004.000338/2026-11)
A15.2 Realizar treinamento dos servidores dessas instituições, para divulgação dos instrumentos de fomento da Sudam e suas vantagens.	31/12/2025	Concluída	- Esta ação teve início com a participação da CGINV no evento "Conexão Amazônia" - ação itinerante de articulação federativa e capacitação técnica realizada nos estados do Amapá, Maranhão, Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima, evento que contou com a participação de diversos servidores de instituições locais; - Os treinamentos específicos com a SUFRAMA e ABDE ocorrerão no âmbito dos ACTs a serem celebrados em 2026.

Fonte: Coordenação-Geral de Atração de Investimentos - CGINV.

Conforme relatado pela unidade, as 2 (duas) ações previstas foram concluídas em 2025.

Em relação às entregas realizadas no período, a CGINV destaca:

- O Portal de Investimentos da Amazônia colocado "em produção", disponibilizando seu acesso à sociedade como um todo, facilitando a divulgação dos instrumentos da Sudam, disponível no endereço www.investimentos.sudam.gov.br;

- Realização de ações de divulgação dos instrumentos fiscais e financeiros administrados pela Sudam, de forma a favorecer a sua ampliação e interiorização. Os técnicos da CGINV participaram ativamente da série de eventos denominada "Conexão Amazônia" - ação itinerante de

articulação federativa e capacitação técnica realizada nos estados do Amapá, Maranhão, Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima -, promovidos pela Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável em municípios estratégicos da Amazônia Legal, focados no fortalecimento da gestão municipal e na articulação de políticas públicas, com ênfase na estruturação de cadeias da agricultura familiar. A participação da CGINV foi centrada na divulgação do novo Portal de Investimentos da Amazônia, apresentando-o à sociedade em geral para que venha a se constituir em um instrumento auxiliar efetivo na atração de investimentos para a Região Amazônica;

- A negociação e elaboração de dois Acordos de Cooperação Técnica.

A respeito das dificuldades encontradas, a unidade destaca o reduzido quadro funcional.

Por fim, a unidade conclui que em 2025 foi possível concentrar esforços e avançar significativamente no processo de articulação para a construção de parcerias que ampliassem o acesso e a divulgação dos incentivos fiscais e melhorassem o seu índice de interiorização.

Entende-se que, embora a unidade não tenha alcançado a meta em 2025, direcionou seus esforços de maneira consistente para o cumprimento do objetivo estratégico sob sua responsabilidade ao longo do período de vigência do Planejamento Estratégico, demonstrando comprometimento com a execução de suas atribuições e com as ações pactuadas.

Coordenação Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros – CGINF

A Coordenação Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros – CGINF (DGFAI), unidade também responsável pela execução do objetivo estratégico 15, forneceu as informações presentes no Quadro 34, quanto ao cumprimento de suas metas.

Quadro 34 – Indicadores do Objetivo Estratégico 15 (CGINF)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I25 - Manifestações técnicas pós-vistorias elaboradas no prazo	CGINF	Aprimorar as análises iniciais de pleitos de incentivos fiscais em 90% até 2025	90%	86%

Fonte: Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros - CGINF

Como relatado pela unidade, a meta não foi alcançada em 2025. De acordo com a unidade, foram analisados 236 pleitos no período, sendo 182 manifestações emitidas dentro do prazo. Entretanto, o resultado é superior ao alcançado em 2024 (81,25%).

Referente ao plano de ação, composto por quatro ações, a unidade relatou sua execução a partir do Quadro 35.

Quadro 35 – Plano de Ação do Objetivo Estratégico 15 - CGINF

Ação	Prazo de Finalização	Status	Análise Crítica da Unidade
A15.3 Aprovação do Manual de Normas e Procedimentos de Pleitos de Incentivos Fiscais.	Dezembro/2025	Concluída	A tramitação do MNP de análise de pleitos de incentivos fiscais consta no processo 59004.000712/2018-79. Considerando a aprovação do novo Regulamento de Incentivos fiscais, por meio da Resolução Condel/Sudam Nº 136, de 12 de Agosto de 2025, foi necessária uma nova revisão técnica dos encaminhamentos necessários à aprovação deste documento, por isso houve um novo atraso na sua aprovação, o que efetivamente ocorreu em 31/12/2025.
A15.4 Atualização do Manual de Elaboração de Projetos e aprimoramento do Sistema de Incentivos Fiscais - SIN.	Dezembro/2025	Em andamento	A tramitação do MEP de Incentivos e Benefícios Fiscais consta no processo 59004.001985/2019-11. Considerando que, assim como o MNP de análise de pleitos de incentivos fiscais, o Manual de Instruções para Elaboração de Projetos de Incentivos e Benefícios Fiscais - MEP precisa estar de acordo com o novo Regulamento dos Incentivos Fiscais, o avanço na tramitação do processo ficou prejudicado na espera pela aprovação da norma. Considerando a aprovação do novo Regulamento de Incentivos fiscais, por meio da Resolução Condel/Sudam Nº 136, de 12 de Agosto de 2025, foi necessária uma nova revisão técnica dos encaminhamentos necessários à aprovação deste documento, por isso houve um novo atraso na sua aprovação, o que deve ocorrer em março ou abril de 2026. Quanto ao aprimoramento do Sistema de Incentivos Fiscais - SIN, a CGINF continua trabalhando em conjunto com a CGTIC , tanto em 2025, como nos primeiros meses de 2026, de forma a promover algumas melhorias no sistema, que foram implementadas, em parte, conforme registros constantes no processo 59004.001624/2024-32, e como se pode observar no próprio sistema SIN SUDAM. Sugere-se Abril/2026 como novo prazo a ser previsto para a finalização da ação.
A15.5 Revisão das Metas Institucionais de eficiência do processo de análise de pleitos.	Abr/2022	Concluído	Ação já concluída desde Relatório de Monitoramento da unidade de 2022
A15.6 Regulamentação da Vistoria Virtual	Dezembro/2025	Em atraso	Embora tenha havido o estudo para a aprovação do novo regulamento de incentivos fiscais em conjunto com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e Sudene, com participação da Receita Federal, em cumprimento ao ACÓRDÃO Nº 3481/2024 - TCU - 2ª Câmara, desde então não ocorreu nenhuma mudança nesse sentido, sendo mantido desde então o mesmo regulamento que era vigente na época, de forma que não houve avanço desta ação desde 2024.

			Sugere-se dezembro/2026 como novo prazo de finalização da ação.

Fonte: Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros - CGINF

Conforme relatado, a unidade possui 2 (duas) ações concluídas e 2 (duas) ações em andamento, para as quais foram apresentadas as devidas justificativas.

Dentre as principais entregas de 2025, a unidade destacou:

- 266 pareceres de análise de pleitos emitidos com sugestão de aprovação, que resultaram na emissão de 236 Laudos Constitutivos e na aprovação de 35 pleitos de Reinvestimentos;
- 167 pareceres conclusivos emitidos com sugestão de arquivamento/indeferimento;
- 161 vistorias realizadas;
- 433 análises conclusivas de pleitos de incentivos e benefícios fiscais.

A principal dificuldade da CGINF continua sendo o reduzido quadro técnico, insuficiente para atender ao volume anual de demandas relacionadas aos incentivos fiscais, o que compromete as atividades de gestão, administrativas e gerenciais e impacta a tempestividade das análises, inclusive inviabilizando o atendimento integral a solicitações externas, como as vistorias demandadas pela CGU. Soma-se a isso a limitação do Sistema de Gestão de Incentivos Fiscais (SIN), que, apesar de algumas melhorias, ainda apresenta falhas e carece de aperfeiçoamentos e de suporte técnico dedicado. Também persistem desafios na consolidação e atualização do Manual de Instruções para Elaboração de Projetos de Incentivos e Benefícios Fiscais, especialmente no que concerne à gestão de indicadores, além da recorrente judicialização dos processos, que interrompe as análises regulares e sobrecarrega a equipe, prejudicando o desempenho geral da unidade.

As soluções propostas pela CGINF concentram-se no fortalecimento da capacidade operacional da unidade, por meio da ampliação urgente do seu quadro de pessoal, com o dimensionamento de um corpo técnico estimado em 20 analistas, de modo a assegurar o adequado cumprimento de suas competências. Paralelamente, destaca-se a necessidade de aprimoramento do Sistema SIN, a ser viabilizado mediante atuação conjunta da CGINF e da CGTIC, com a alocação de equipe de desenvolvimento dedicada exclusivamente à manutenção, correção e evolução do sistema.

Entende-se que os problemas enfrentados pela CGINF, principalmente no que se refere à insuficiência de pessoal, impactaram fortemente o alcance dos resultados da unidade ao longo do período de vigência do PEI. No entanto, observou-se que a unidade esteve atenta às suas responsabilidades e às dificuldades enfrentadas, estabelecendo prioridades para aquilo que foi possível executar e buscando a conclusão das ações previstas.

Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CGFIN

A Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento – CGFIN (DGFAI), enquanto uma das unidades responsáveis pela execução do objetivo estratégico 15, apresentou o resultado de suas metas estratégicas referentes ao período tratado conforme Quadro 36.

Quadro 36 – Indicador do Objetivo Estratégico 15 (CGFIN)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I26 - Projetos estratégicos financiados com recursos do FDA	CGFIN	Aprovar 28 projetos estratégicos com recursos do FDA até 2025	28	28
I27 - Tempo médio de resolução de pleitos relacionados ao FDA	CGFIN	Analisar, em até 20 dias, os pleitos relacionados ao FDA (tempo médio) até 2025.	20 dias	13,74 dias

Fonte: Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CGFIN

Conforme relato da unidade, ambas as metas para 2025 foram alcançadas. Em relação ao indicador I26, a CGFIN relata que, ao longo de 2025, conseguiu concluir a análise e aprovação da participação do FDA em 3 (três) projetos. Sobre o indicador I27, a unidade informa que, durante o exercício de 2024, foram analisadas 82 (oitenta e duas) consultas prévias, 7 (sete) liberações de recursos e 3 (três) análises de pedidos de participação do FDA em projetos, atingindo o tempo médio informado no Quadro 36.

Referente ao plano de ação, composto por seis ações, a unidade relatou sua execução a partir do quadro 37.

Quadro 37 – Plano de Ação do Objetivo Estratégico 15 (CGFIN)

Ação	Prazo de Finalização	Status	Análise Crítica da Unidade
A15.7 Habilitar cinco instituições financeiras a operar com recursos do FDA.	31/12/2024	Em andamento	Em 2025, a CGFIN realizou tratativas com duas instituições financeiras: BNDES (SEI: 59004.002261/2025-33) e SICREDI (Reuniões DGFAI/CGFIN e e-mail). No entanto, nenhuma delas avançou para a assinatura do contrato de habilitação como agente operador do FDA.

A15.8 Realizar 25 ações de divulgação do FDA.	31/12/2024	Concluída	Em 2021 foram realizadas 11 ações de divulgação do FDA, com participação da CGFIN. Mais 3 ações foram realizadas em 2022. Em 2023 foram 8 ações. Em 2024 foram realizadas 3 ações, perfazendo um total de 25 ações previstas para realização até 2024.
A15.9 Rever as diretrizes e prioridades do FDA, bem como os limites de participação do Fundo.	31/12/2025	-	-
A15.10 Alterar e simplificar a Resolução nº 82/2019.	31/12/2021	Concluída	-
A15.11 Normatizar, alterar e simplificar 6 (seis) normas de procedimentos relacionados ao FDA.	31/12/2022	Concluída	-

Fonte: Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CGFIN

Conforme relatado pela unidade, existem 3 (três) ações concluídas e 1 em andamento. A unidade não repassou informações sobre a Ação A15.9. Em relação à ação em andamento, observa-se que a unidade atuou em busca de sua conclusão.

Dentre as principais entregas de 2025, a unidade destacou:

- Tratativas com instituições financeiras para habilitação como agente operador do FDA;
- Realização de 4 ações de divulgação do FDA pela Sudam;
- Aprovação de 21 consultas prévias;
- Aprovação de 3 projetos, totalizando o valor de R$ 263 milhões em recursos do FDA;
- Liberação de recursos do FDA, totalizando valor aproximado de R$ 1.8 bilhões.

Apesar de alcançar importantes entregas, a unidade relatou diversos enfrentamentos, destacando-se: recursos orçamentários limitados; arcabouço normativo do FDA complexo; dependência das ações de outras unidades para o alcance das metas; poucos servidores atuando em processos de alta complexidade e com valores expressivos; desconhecimento por parte do empresariado sobre o regulamento do FDA; compreensão dificultada aos usuários do site da Sudam, em razão da disposição e do conteúdo das informações sobre o FDA disponibilizadas; ausência de um sistema informatizado para análise, gerenciamento e controle do FDA; e aumento expressivo do número de consultadas prévias protocoladas no exercício.

A unidade apresenta como soluções: capacitação específica e alocação de servidores na unidade; acompanhamento das ações de normatização, alteração e simplificação de normas e procedimentos; melhorias no site institucional para facilitar o acesso às informações sobre o FDA; fortalecimento da unidade por meio de debates com as instâncias superiores; acompanhamento dos mapeamentos dos processos de sua competência; implementação de um sistema informatizado para análise e gerenciamento de processos referentes ao FDA;

Por fim, a CGFIN conclui que apesar do déficit de servidores, tem se empenhado e contribuído de forma positiva para o cumprimento das metas pactuadas. A unidade prevê que será necessário maior esforço nos exercícios futuros, objetivando a manutenção das entregas dentro dos prazos previstos.

Com base nas informações apresentadas, constata-se que a unidade obteve bons resultados ao longo da execução do PEI, demonstrando atenção ao cumprimento de seus compromissos e consciência sobre suas limitações e necessidades de aprimoramento. Contudo, como ponto de atenção no encerramento deste PEI, registra-se a ausência de informações atualizadas sobre o andamento da ação A15.9 nos últimos relatórios, o que dificultou a avaliação completa de sua execução. Recomenda-se que, em futuros ciclos de planejamento, haja maior completude na comunicação das ações estratégicas, de modo a fortalecer a transparência, a rastreabilidade e a efetividade do monitoramento institucional.

OBJETIVO ESTRATÉGICO
16 - Sistematizar e avaliar resultados e impactos econômicos, sociais e ambientais dos instrumentos de ação da Sudam.

Coordenação Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais – CGAVI

A Coordenação Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais – CGAVI (DPLAN), unidade responsável pela execução do objetivo estratégico 16, forneceu as informações presentes no Quadro 38, quanto ao cumprimento de sua meta.

Quadro 38 – Indicador do Objetivo Estratégico 16 (CGAVI)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I29 - Aprimoramento do SIAV - Incentivos	CGAVI	Implantar rotina de validação para 100% dos dados enviados pelas empresas incentivadas no SIAV.	100%	100%

Fonte: Coordenação-Geral de Avaliação de Planos, Programas e de Instrumentos de Desenvolvimento – CGAVI

Referente ao indicador I29, a unidade já havia alcançado a meta estabelecida em 2024.

Referente ao plano de ação, a CGAVI informou conforme Quadro 39.

Quadro 39 – Plano de Ação do Objetivo Estratégico 16 (CGAVI)

Ação	Prazo de Finalização	Status	Análise Crítica da Unidade
A16.1 Ampliar o convênio firmado a Receita Federal do Brasil para o envio de informações sobre as empresas beneficiadas e valores de incentivos concedidos na área da Sudam.	Dezembro/2025	Em atraso	Em relação ao convênio firmado com a Receita Federal do Brasil (RFB), para o envio de informações sobre as empresas beneficiadas e valores de incentivos concedidos na área da Sudam, após gestão da Sudam com a RFB (SEI nº 59004.000493/2015-85, a Diretoria de Planejamento (DPLAN) realizou reunião presencial na Receita Federal, em 2025, para tratar do andamento do convênio (SEI nº59004.000493/2015-85). Na ocasião, a RFB informou a impossibilidade do compartilhamento das informações devido a entraves normativos e legais.
A16.2 Organizar e alimentar a base de dados da Sudam – Sistema de Gestão de Incentivos Fiscais – SIN e do Sistema de Avaliação dos Incentivos Fiscais – SIAV Incentivos.	Dezembro/2025	Em andamento normal	Ao longo de 2025, foram realizadas reuniões com a CGTIC/SUDAM acerca de melhorias no Sistema SIAV (Ata de Reunião 3 – 0655835; Ata de Reunião 4 – 0660208; Ata de Reunião 6 – 0671815; e Ata de Reunião 7 – 0676458). Acerca da migração de dados das empresas do SIN para o SIAV, ainda não foi possível completamente.
A16.3 Realizar a curadoria dos dados enviados pelas empresas	Ação contínua	Em atraso	Acerca dos dados recebidos, a CGAVI/CAFI encerrou o CAEI - Calendário 2024 em 31/10/25. O resultado foi excelente: pela primeira vez, das 777 empresas cadastradas, 702 responderam ao questionário, perfazendo 90,34% de resposta. Isso superou significativamente a adesão dos anos anteriores, demonstrando que todo o trabalho feito pela equipe surtiu efeito. A previsão é que essa maior robustez da base de dados, possibilitará uma avaliação de incentivos mais acurada. Concomitante a isso, a CGAVI vem atuando junto a CGTIC para melhorias no preenchimento das informações pelas empresas.

Fonte: Coordenação-Geral de Avaliação de Planos, Programas e de Instrumentos de Desenvolvimento – CGAVI

A partir da análise do quadro 39, observa-se que a unidade apresentou avanços na execução das ações previstas, embora não tenha concluído nenhuma delas dentro dos prazos originalmente estabelecidos. Assim, avalia-se que o desempenho da unidade foi parcialmente satisfatório, marcado por resultados positivos no fortalecimento da base informacional e na melhoria da qualidade dos dados, mas com dependência significativa de fatores externos e desafios estruturais que impactaram a plena execução das ações previstas.

Conforme relatado pela unidade, nenhuma ação foi concluída dentro do prazo. Relata-se, no entanto, que a unidade enfrenta problemas externos à coordenação para alguns casos.

As entregas realizadas pela CGAVI em 2025 concentraram-se no aprimoramento do monitoramento e da avaliação dos instrumentos sob responsabilidade da unidade. Destacam-se a realização de reunião entre a Diretoria de Planejamento e a Receita Federal do Brasil para tratar do convênio firmado com a Sudam, apesar da existência de restrições normativas e legais ao compartilhamento de informações; a implementação das ações decorrentes da Resolução nº 08/2023, com a notificação de empresas inadimplentes no CAINS, inclusive por via postal, alcançando 117 empresas; e a definição do calendário anual de envio de informações, que resultou em adesão superior a 90%. Adicionalmente, a unidade promoveu articulações internas para a otimização do SIAV, em parceria com a CGTIC, e realizou uma avaliação abrangente do FNO, nos termos da Portaria nº 4.905/2022, contemplando a produção de 21 relatórios sobre os impactos econômicos e sociais do Fundo nos estados do Pará, Rondônia, Acre e Tocantins, com análise quantitativa e qualitativa baseada em dados primários.

As principais dificuldades enfrentadas pela unidade concentram-se em limitações externas e internas ao processo de trabalho. Destacam-se os entraves normativos e legais que impedem o compartilhamento de dados por parte da Receita Federal do Brasil, apesar do atendimento, pela Sudam, às demandas de envio de informações. Soma-se a isso a restrição de pessoal na operacionalização do CAINS, o que exige esforço adicional da equipe para localizar e contatar empresas inadimplentes, bem como para prestar atendimento contínuo às demandas relacionadas ao SIAV. Ademais, a unidade enfrenta limitações técnicas decorrentes da ausência de servidores com formação especializada para o tratamento estatístico e contábil dos dados, o que impacta a curadoria das informações e a verificação de inconsistências necessárias à elaboração dos relatórios.

A CGAVI avalia como soluções: que a Receita Federal do Brasil encaminhe manifestação formal acerca dos impedimentos de envio de informações para a Sudam; bem como a manutenção do processo de notificação das empresas com pendências no envio de informações relativas aos incentivos fiscais, com previsão de ampliação das medidas coercitivas mediante a publicação de notificações no Diário Oficial da União.

Avalia-se que a unidade apresentou desempenho satisfatório ao longo da vigência do PEI, conseguindo alcançar a meta estabelecida. Ademais, evidenciam-se esforços consistentes na execução de seu plano de ação, ainda que a unidade tenha enfrentado condicionantes internos e externos que repercutiram na plena realização das ações previstas.

PERSPECTIVA: IMPACTO SOCIOECONÔMICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO

17 - Fortalecer a economia local e regional.

Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CGFIN

A Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento – CGFIN (DGFAI), unidade responsável por este objetivo estratégico, apresentou seu resultado conforme Quadro 40.

Quadro 40 – Indicador do Objetivo Estratégico 17 - CGFIN

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I34 - Taxa de execução do orçamento do FNO	CGFIN	Atingir, anualmente, a execução de 100% do orçamento	100%	131,66%

Fonte: Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CGFIN

Conforme relato da unidade, na Programação Financeira do FNO para o exercício de 2025, foi previsto um total para aplicação de R$ 13.470,00 milhões para o Plano de Aplicação do fundo e o valor total contratado pelo FNO neste ano foi de R$ 17.730,44 milhões, ultrapassando a meta prevista.

Referente à ação vinculada ao objetivo estratégico 17, a CGFIN informou, conforme Quadro 41:

Quadro 41 – Plano de Ação do Objetivo Estratégico 17 (CGFIN)

Ação	Prazo de Finalização	Status	Análise Crítica da Unidade
A17.1 Criar rotina de recomendações trimestrais ao Banco da Amazônia com base nos dados do FNO monitorados por meio do Power BI	Dezembro/2025	Em andamento	Supervisão, acompanhamento, monitoramento, controle da aplicação dos recursos e avaliação do FNO - SEI: 59004.001486/2024- 91

Fonte: Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento – CGFIN

Segundo informações da unidade, a ação A17.1 encontra-se em execução, não sendo possível, até o momento, aferir se a rotina de recomendações trimestrais ao Banco da Amazônia foi efetivamente instituída.

A unidade não informou sobre entregas relacionadas ao indicador I34.

Avalia-se que a unidade obteve resultados satisfatórios em relação ao indicador I34 ao longo deste PEI. Contudo, a única ação vinculada ao Objetivo Estratégico 17 não foi concluída, apesar dos esforços empreendidos pela unidade para sua execução.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
18 - Desenvolver e incorporar tecnologias sustentáveis.
19 - Promover a proteção da biodiversidade.
20 - Fortalecer a infraestrutura regional com foco na melhoria de qualidade de vida da população e no ambiente de negócios.

Coordenação de Apoio à Inovação – Capi

A Coordenação de Apoio à Inovação – Capi/CGDES, no âmbito da perspectiva do Impacto Socioeconômico, está responsável por estes 3 (três) objetivos estratégicos tratados e com seus resultados representados nos Quadros 42, 43 e 44.

Quadro 42 – Indicador do Objetivo Estratégico 18 (Capi/CGDES)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I31 - Nº de projetos apoiados	Capi/CGDES	Ampliar o número de projetos que tenham como base o desenvolvimento de tecnologias inovadoras sustentáveis, até 2025	7	9

Fonte: Coordenação de Apoio à Inovação – Capi/CGDES

Quadro 43 – Indicador do Objetivo Estratégico 19 (Capi/CGDES)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I32 - Número de planos, programas e/ou projetos apoiados	Capi/CGDES	Ampliar número de projetos de proteção à biodiversidade, até 2025.	6	8

Fonte: Coordenação de Apoio à Inovação – Capi/CGDES

Quadro 44 – Indicador do Objetivo Estratégico 20 (Capi/CGDES)

Indicador	Unidade Responsável pela Apuração	Meta Estratégica	Meta para 2025	Resultado Alcançado
I33 - Número de planos, programas e/ou projetos apoiados	Capi/CGDES	Ampliar o número de projetos de inclusão social, até 2025.	7	8

Fonte: Coordenação de Apoio à Inovação – Capi/CGDES

Conforme relatado pela Capi/CGDES, foram apoiados 2 (dois) projetos que abrangem as metas estratégicas de cada um dos indicadores dos objetivos estratégicos 18, 19 e 20; e 1 (um) projeto que abrange as metas estratégicas dos objetivos estratégicos 18 e 19. Assim, a unidade superou a meta para os 3 (três) indicadores.

Referente ao Plano de Ação, composto por 3 ações, a unidade informou o andamento conforme Quadro 45.

Quadro 45 – Plano de Ação dos Objetivos Estratégicos 18, 19 e 20 (Capi/CGDES)

Ação	Previsão de conclusão	Status	Análise Crítica da Unidade
Apoiar institucionalmente pelo menos um projeto que desenvolva tecnologias sustentáveis e resulte em um novo produto, processo e/ou serviço.	Dez/2024	Concluída	Foram apoiados 3 projetos em 2025

Apoiar institucionalmente pelo menos um projeto que visa a proteção e/ou recuperação da biodiversidade	Dez/2024	Concluída	Foram apoiados 3 projetos em 2025
Apoiar institucionalmente pelo menos um projeto que promova a inclusão social	Dez/2024	Concluída	Foram apoiados 2 projetos em 2025

Fonte: Coordenação de Apoio à Inovação – Capi/CGDES

Conforme relatado pela unidade, todas as ações foram concluídas.

Dentre as principais entregas alcançadas, a unidade aponta os 3 (três) projetos apoiados:

- Desenvolver e transferir tecnologias de impacto social para o aproveitamento integral do babaçu, engajando mulheres e jovens na cadeia de valor, com boas práticas de produção, processamento e geração de renda na Amazônia Maranhense;
- Promover o desenvolvimento sustentável nas regiões estratégicas da Pan-Amazônia por meio da implementação e disseminação de práticas agroecológicas inovadoras, voltadas à conservação dos recursos naturais e ao fortalecimento da base produtiva local, contribuindo para a geração de renda;
- Instituir um processo integrado de pesquisa científica e produção de mudas sadias de mandioca, banana e abacaxi, mediante a revitalização e adequação do Laboratório de Biotecnologia do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA.

A partir do relato da Capi/CGDES, entende-se que a coordenação alcançou importantes resultados estratégicos, concentrando-se em cumprir o PEI conforme previsto.

CONCLUSÃO

O quadro 46 apresenta um demonstrativo geral dos objetivos estratégicos da Sudam e os respectivos resultados alcançados em 2025.

Quadro 46 – Demonstrativo geral dos objetivos estratégicos

Perspectiva Impacto Socioeconômico					
Objetivo Estratégico	**Entregas Estratégicas**	**Unidade Responsável**	**Indicadores**	**2025**	
				Meta Anual Acumulada	**Resultado Alcançado**
Fortalecer a infraestrutura regional com foco na melhoria de qualidade de vida da população e no ambiente de negócios.	Execução de programas e/ou instrumentos voltados à inclusão social.	DPROS	Número de planos, programas e/ou projetos apoiados	7	8
Promover a proteção da biodiversidade.	Execução de planos, programas e/ou projetos voltados à proteção da biodiversidade.	DPROS	Número de planos, programas e/ou projetos apoiados	6	8
Desenvolver e incorporar tecnologias sustentáveis.	Implantação de programas e/ou projetos voltados à inovação sustentável.	DPROS	Número de projetos apoiados	7	9
Fortalecer a economia local e regional.	Efetivo repasse de recursos ao setor produtivo local e regional.	DGFAI	Taxa de Execução do orçamento do FNO	100%	131,66%
Perspectiva Resultados Institucionais					
Sistematizar e avaliar resultados e impactos econômicos, sociais e ambientais dos instrumentos de ação da Sudam	Redução da quantidade de empresas com informações inconsistentes no SIAV - Incentivos.	DPLAN	Aprimoramento do SIAV - Incentivos	100%	100%
Financiar a execução de projetos estratégicos e conceder incentivos fiscais para empreendimentos (novos e atuais)	Celebração e/ou ampliação de parcerias, acordos de cooperação e convênios com instituições para divulgação dos incentivos fiscais	DGFAI	Número de Parcerias, Acordos de Cooperação e	2	1

			Convênios Celebrados/ampliados		
	Aprimoramento dos processos de análise e concessão de incentivos fiscais.	DGFAI	Manifestações Técnicas Pós-vistorias elaborados no prazo	90%	86%
	Projetos estratégicos para a Amazônia Legal financiados com recursos do FDA.	DGFAI	Projetos estratégicos financiados com recursos do FDA	28	28
	Diminuição do tempo de análise de pleitos relacionados ao FDA.	DGFAI	Tempo médio de resolução de pleitos relacionados ao FDA	20	13,74
Fortalecer o Sistema Regional de Ciência, Pesquisa e Inovação.	Formação de Massa Crítica e Modernização da infraestrutura de CT&I.	DPROS	Coeficiente de Bolsas (B) e/ou Equipamentos (E)	13	14,21
Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas.	Desenvolvimento e incorporação de tecnologias sustentáveis, proteção da biodiversidade e fortalecimento da economia local e regional.	DPROS	Nº de Projetos Apoiados	7	9
Apoiar projetos e iniciativas de entes nacionais e subnacionais com recursos federais.	Projetos de Fortalecimento do setor produtivo apoiados.	DPROS	Número de projetos apoiados	8	8
Formular estratégias para o desenvolvimento regional.	Planos, Programas, Estudos, Diretrizes, Acordos de Cooperação, Relatórios.	DPLAN	Quantidade de instrumentos ou documentos estratégicos voltados ao desenvolvimento regional elaborados, apoiados ou articulados	14	14
	Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação.	DPROS	Percentual de atividades executadas para a elaboração do programa de CT&I	100%	100%

Fortalecer a articulação institucional junto aos parceiros estratégicos.	Parcerias Institucionais estabelecidas.	Gabinete	Parcerias Institucionais Firmadas	30	35
Perspectiva Processos Internos					
Otimizar a gestão dos recursos com foco na efetividade do gasto público.	Aumento da execução do orçamento público.	DIRAD	Índice de Execução Orçamentária	98%	99,72%
	Relatórios de Monitoramento do Plano Anual de Contratações	DIRAD	Número de Relatórios de Monitoramento do Plano Anual de Contratações	10	10
Ampliar a captação de recursos para a execução de projetos prioritários.	Aumento de recursos orçamentários.	DPROS	Índice de disponibilização de orçamento	2,5%	-5,6%
Desenvolver a Comunicação Estratégica.	Plano de Comunicação Estratégica da Sudam	ASCOM	Número de eventos internos realizados	20	31
			Percentual de Elaboração do Plano de Comunicação Estratégica da Sudam	70%	70%
Aperfeiçoar o sistema de avaliação dos instrumentos da Sudam.	Aprimoramento da Governança, Controles Internos e Gestão de Riscos.	Auditoria	Auditorias e Consultorias realizadas - Instrumentos de Avaliação	12	11
Fortalecer os mecanismos de Controles Internos com ênfase na transparência e integridade.	Aprimoramento da Governança, Controles Internos e Gestão de Riscos.	Auditoria	Auditorias e Consultorias realizadas - Controles Internos	13	13
Aprimorar processos de gestão institucional.	Padronização dos processos.	CGEST	Processos mapeados	34	31

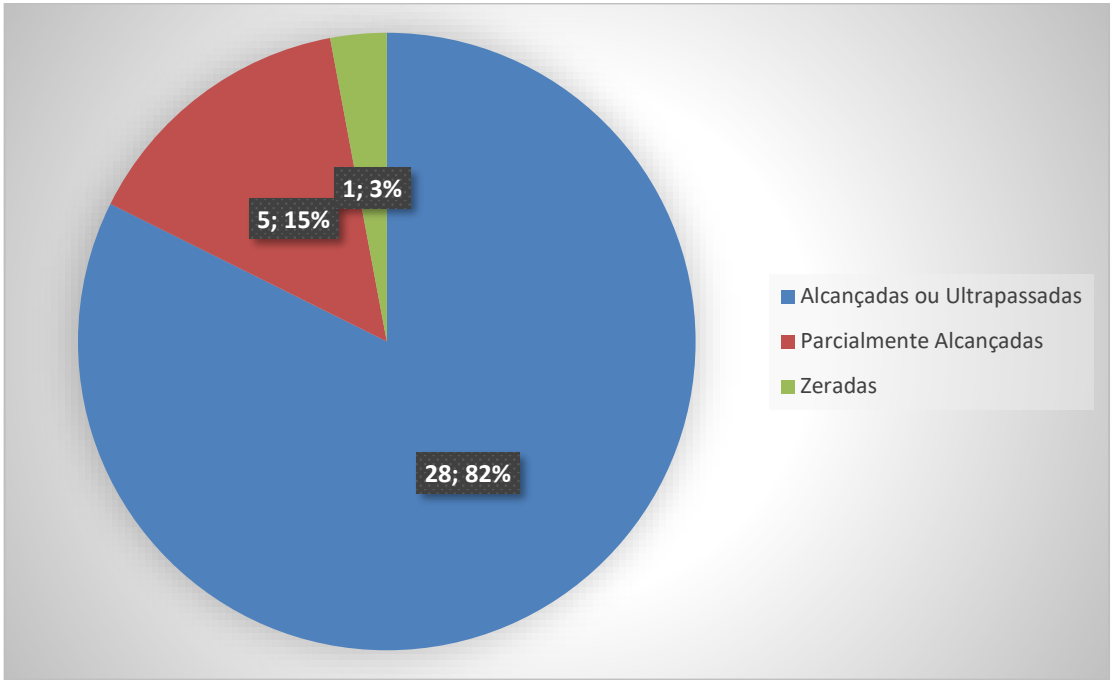
Perspectiva Infraestrutura e Inovação					
Prover soluções de tecnologia da informação modernas e adequadas aos processos de trabalho.	Aprimoramento do atendimento aos chamados de TI.	DIRAD	Índice de satisfação dos clientes de TIC	90%	98%
	Modernização dos sistemas.	DIRAD	Índice de satisfação dos clientes de TIC	90%	93%
	Desenvolvimento dos sistemas.	DIRAD	Quantidade de sistemas desenvolvidos/ implementados	5	5
	Modernização do parque tecnológico da Sudam.	DIRAD	Nº de aquisições de itens para modernização do parque computacional implantados	6	6
	Modernização da infraestrutura de redes, Datacenter e Telecom.	DIRAD	Nº de aquisições de itens para modernização da infraestrutura implantados	7	7
	Garantia da segurança da informação.	DIRAD	Nº de recursos de segurança da informação implantados	6	4
	Aquisição de softwares de prateleira, assinaturas de serviços periódicos e postais.	DIRAD	Quantidade de software adquiridos	5	5
	Contratação de serviços administrativos.	DIRAD	Total de Serviços contratados	9	9
Executar reformas estruturais e otimizar a ocupação das áreas de trabalho.	Contratação de empresa para a execução de reformas	DIRAD	Nº de processos licitatórios concluídos	1	1

	Aprimoramento das áreas ocupadas pelos servidores da Sudam.	DIRAD	Área disponibilizada pela Sudam para outros órgãos da União (m²)	1400	1760,47
Perspectiva Aprendizado e Crescimento					
Promover a valorização das pessoas com foco na excelência da prestação dos serviços.	Servidores Capacitados	DIRAD	Taxa de Execução do PDP	65%	66,23%

Fonte: Coordenadoria-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional

A seguir, apresenta-se a representação gráfica do alcance das metas em 2025, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 – Alcance de metas da Sudam em 2025



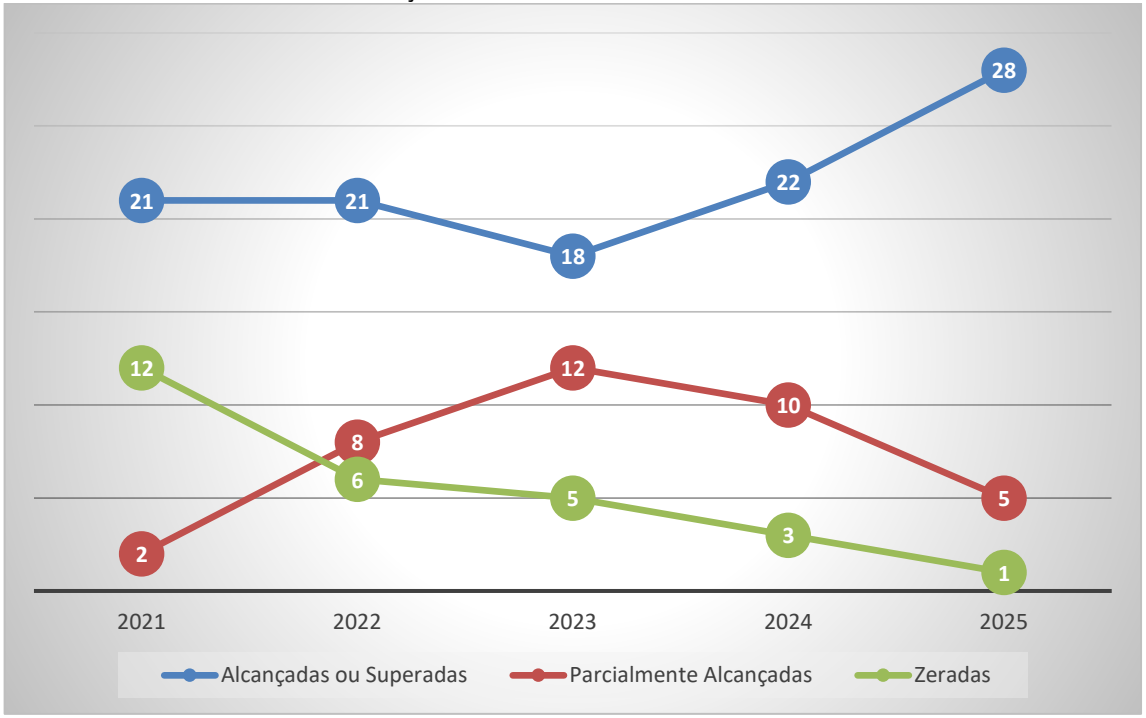
Fonte: CGEST, 2026.

Os resultados evidenciam um desempenho global bastante positivo, uma vez que 28 dos 34 indicadores (cerca de 82%) apresentaram metas alcançadas ou ultrapassadas, demonstrando eficiência no planejamento e na execução das ações da unidade. Ademais, 5 indicadores (aproximadamente 15%) obtiveram alcance parcial, indicando avanços relevantes, ainda que demandem ajustes e ações de aprimoramento.

Apenas um indicador apresentou resultado zero, o Índice de Disponibilização de Orçamento, cujo desempenho negativo não está diretamente relacionado aos esforços operacionais da unidade, mas depende, em grande medida, de processos externos e de articulação política, o que relativiza seu impacto na avaliação geral do desempenho. Ressalta-se que embora o indicador "Índice de disponibilização de orçamento" tenha apresentado resultado negativo no período analisado, sua classificação foi enquadrada como "Zerada", uma vez que não se verificou avanço em relação à meta estabelecida, conforme os critérios metodológicos adotados para categorização das metas.

A seguir, apresenta-se a representação gráfica da evolução do alcance das metas, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 – Evolução do alcance de metas da Sudam 2021 a 2025

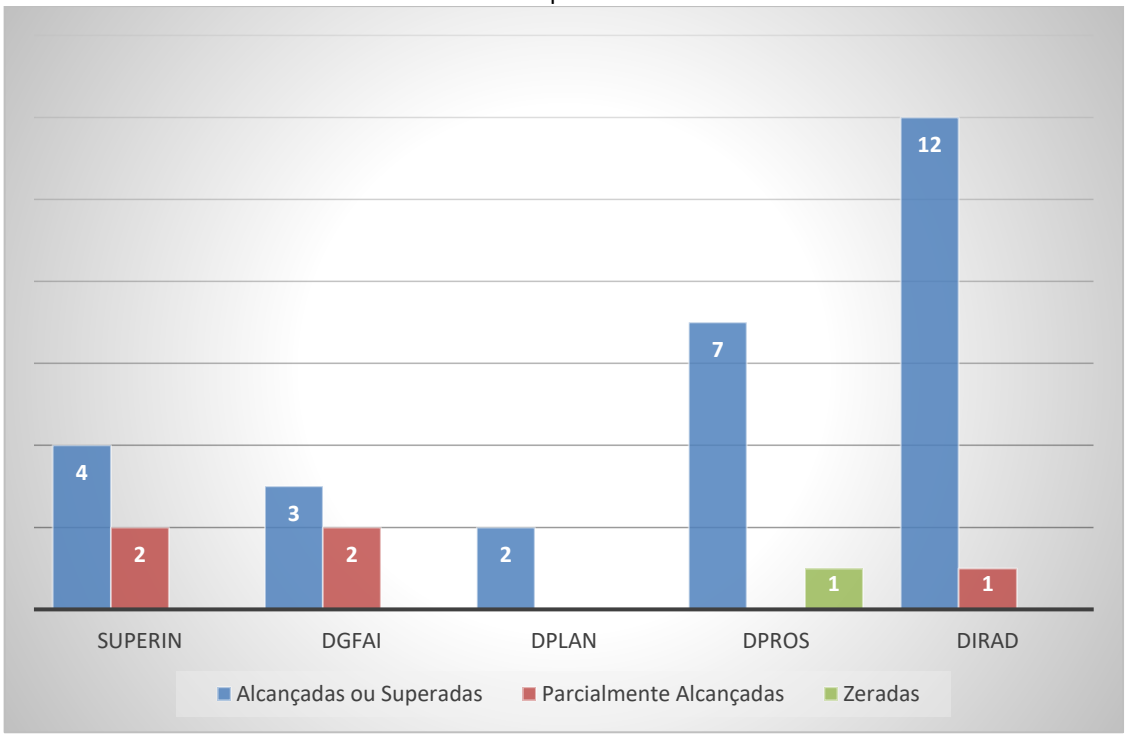


Fonte: CGEST, 2026

Ao observar a evolução do alcance das metas durante o período de vigência deste PEI, nota-se que em 2025 houve aumento no número de metas alcançadas ou superadas, redução no número de metas parcialmente alcançadas e no número de metas zeradas. Ressalta-se que o número de metas alcançadas ou superadas em 2025 é o maior da série histórica.

A seguir, a representação gráfica do alcance de metas por diretoria em 2025, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 – Alcance de metas por diretoria da Sudam em 2025



Fonte: CGEST, 2026.

De forma consolidada, a análise do alcance de metas por Diretorias demonstra um desempenho global positivo ao longo do ciclo de planejamento estratégico, com predomínio de metas alcançadas ou superadas em todas as diretorias.

A Superintendência e a DGFAI exibiram resultados equilibrados, com maioria das metas alcançadas ou superadas; a DPLAN obteve desempenho consistente, com todas as metas previstas plenamente atendidas; a DPROS destacou-se pelo elevado número de metas cumpridas, embora registre pontualmente uma meta zerada; e a DIRAD apresentou o maior volume de metas plenamente alcançadas, com apenas um caso de alcance parcial, refletindo elevada efetividade de gestão.

Em conjunto, os resultados reforçam a solidez da execução estratégica pelas Diretorias, ao mesmo tempo em que sinalizam oportunidades pontuais de aprimoramento a serem consideradas nos próximos ciclos de planejamento.

Percebe-se que, ao longo da vigência do PEI 2021–2025, o Planejamento Estratégico Institucional da Sudam foi efetivamente utilizado como instrumento orientador das ações institucionais, consolidando-se como referência para a gestão, o acompanhamento de resultados e a tomada de decisão. Os dados analisados demonstram elevado grau de alinhamento entre os objetivos estratégicos, as entregas realizadas e os indicadores monitorados, com expressivo percentual de metas alcançadas ou superadas em 2025, último exercício do ciclo avaliativo.

Ao se comparar esse resultado com o ciclo anterior, especialmente o PEI 2017–2020, no qual não havia indicadores nem planos de ação formalmente estruturados, observa-se avanço significativo na maturidade institucional da Autarquia. Tal evolução é evidenciada pela maior capacidade das unidades administrativas de planejar, executar e monitorar suas ações com base nos compromissos pactuados no PEI, bem como pela internalização da lógica de gestão por resultados.

Não obstante os avanços observados, o monitoramento também evidenciou que, ao longo da vigência deste PEI, foram necessários diversos ajustes para corrigir fragilidades identificadas ainda na fase de elaboração do planejamento. Esse cenário reforça a importância de um maior refinamento das informações prestadas pelas unidades no processo de construção do próximo PEI, bem como da promoção de capacitações específicas em planejamento estratégico, tanto para a equipe da CGEST quanto para os demais servidores envolvidos.

Adicionalmente, verificou-se que o planejamento estratégico institucional ainda não contempla de forma plena alguns esforços relevantes desenvolvidos pelas unidades, especialmente as finalísticas. Destaca-se, por exemplo, a ausência da gestão de convênios no escopo do PEI e a existência de indicadores que não refletem adequadamente a complexidade e a relevância de determinados instrumentos de ação da Sudam, como os incentivos fiscais, cujo monitoramento se concentra majoritariamente em aspectos de eficiência processual.

Nesse contexto, ressalta-se que a atividade de monitoramento é tão estratégica quanto as fases de planejamento e implementação, uma vez que viabiliza correções tempestivas e aprimoramentos contínuos capazes de impactar positivamente os resultados institucionais. Contudo, torna-se necessário avançar no estabelecimento de mecanismos que permitam a automação desse processo, conferindo maior agilidade, confiabilidade e padronização à coleta de informações e à elaboração dos relatórios. Assim, recomenda-se que, no próximo ciclo, seja desenvolvido ou adquirido um sistema específico para a gestão do Planejamento Estratégico Institucional.

Para o próximo planejamento, entende-se igualmente como necessária a adoção de planos táticos por Diretoria, de forma articulada ao PEI. A partir dessa estrutura, cada Diretoria poderia dispor de maior autonomia e flexibilidade para organizar, gerir e controlar suas ações, mantendo, contudo,

alinhamento estrito com os objetivos estratégicos institucionais. Nesse processo, torna-se igualmente relevante avaliar a quantidade e a pertinência dos indicadores por objetivo, evitando tanto a insuficiência quanto o excesso, de modo a assegurar um monitoramento efetivo e significativo.

Destaca-se, ainda, a importância de conferir atenção especial às unidades finalísticas na elaboração do próximo PEI, assegurando a inclusão de todos os instrumentos de atuação da Sudam, bem como o alinhamento com o Plano Plurianual da União vigente e com os demais instrumentos de planejamento governamental, em especial o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA.

Por fim, evidencia-se a necessidade de ampliar o envolvimento de gestores e servidores da Sudam no processo de elaboração do próximo Planejamento Estratégico. A participação ativa de diferentes setores da Autarquia contribui para maior transparência, legitimidade e qualidade das decisões estratégicas, além de fortalecer o sentimento de pertencimento, corresponsabilidade e comprometimento com os resultados institucionais.

Dessa forma, conclui-se que o PEI 2021–2025 cumpriu seu papel como instrumento de direcionamento estratégico da Sudam, ao mesmo tempo em que gerou aprendizados relevantes para o aprimoramento dos processos de planejamento e gestão. As recomendações e pontos de atenção identificados ao longo deste Relatório constituem insumos fundamentais para a construção do próximo ciclo de planejamento, com vistas ao fortalecimento da governança, da capacidade institucional e ao alcance de resultados cada vez mais efetivos para o desenvolvimento includente e sustentável da Amazônia Legal.